

# AMAZON UNDERWORLD

ECONOMIAS CRIMINOSAS NA MAIOR  
FLORESTA TROPICAL DO MUNDO

NOVEMBRO DE 2023



INFOAMAZONIA 



**GLOBAL  
INITIATIVE**  
AGAINST TRANSNATIONAL  
ORGANIZED CRIME

## AGRADECIMENTOS

Este relatório é o resultado de uma colaboração entre o Amazon Underworld (um projeto dos veículos de comunicação InfoAmazonia, Armando.Info e La Liga Contra el Silencio), a Amazon Watch e a Global Initiative Against Transnational Organized Crime (Iniciativa Global Contra o Crime Organizado Transnacional – GI-TOC).

Agradecemos a todos aqueles que participaram de entrevistas, grupos focais ou compartilharam seus depoimentos e ideias com a equipe de pesquisa, especialmente os líderes indígenas das comunidades e organizações consultadas para desenvolver as conclusões e recomendações apresentadas neste relatório. Não os citaremos ou mencionaremos aqui por razões de segurança, mas gostaríamos de reconhecer sua coragem e tenacidade na proteção de suas vidas, territórios, povos e direitos em contextos tão difíceis. Esperamos que este documento possa apoiar seus esforços.

Este documento não teria sido possível sem a dedicação e o trabalho de uma equipe talentosa de jornalistas e profissionais da mídia, liderada por Bram Ebus e Juan Torres, coordenadores desta fase do Amazon Underworld que estão comprometidos em expor a dinâmica do crime na Amazônia. O resultado de seu trabalho, muitas vezes realizado em circunstâncias difíceis, serviu de base para este artigo. Entre eles estão Alex Rufino, Andrés Cardona, Barbara Fraser, Diane Sampaio, Emily Costa, Ivan Brehaut, Jaap van 't Kruijs, Jorge Benezra, María Ramírez Cabello, Pamela Huerta, Rodrigo Chagas, Rodrigo Pedroso, Sam Cowie e Wagner Almeida. Luiz Fernando Toledo (DataFixers), Rafael Duran, Jeanneth Valdivieso, Leandro Barbosa, Silvana Vincenti e Tatiana Escárrega

contribuíram com a análise e o processamento dos dados. Toda a investigação do Amazon Underworld só se tornou possível graças à dedicação e empenho dos diretores da InfoAmazonia, Stefano Wroblewski e Juliana Mori, e dos editores de Armando.Info, Joseph Poliszuk, e da La Liga Contra el Silencio, Alejandro Dugand e Sinar Alvarado.

Também gostaríamos de agradecer a dedicação e o esforço de vários especialistas da Amazon Watch e do GI-TOC, que foram fundamentais para expandir a análise e desenvolver as recomendações. Em especial, gostaríamos de agradecer a Raphael Hoetmer, Ana Carolina Alfinito, Paola Maldonado Tobar, Alexandra Nathaly Yépez Pulles, Ricardo Pérez, Vladimir Pinto, Gisela Hurtado Barboza e Andrew Miller, da Amazon Watch, bem como a Livia Wagner, Felipe Botero, Anna Rosenberg, Mariana Botero e Maria Antonia Cote, do GI-TOC. Josefina Salomón, do Amazon Underworld, assessorou o projeto e coordenou a produção deste documento. Por fim, gostaríamos de agradecer as equipes editoriais e de comunicação do GI-TOC pelo trabalho de edição e design.

O Amazon Underworld também gostaria de expressar sua gratidão à Rainforest Investigations Network do Pulitzer Center, à Open Society Foundations, à União Internacional para a Conservação da Natureza e ao Escritório de Relações Exteriores, Commonwealth e Desenvolvimento do Reino Unido, que forneceram o financiamento sem o qual este projeto não teria sido possível.

A Amazon Watch não recebeu nenhum financiamento ou apoio governamental para esta pesquisa e publicação..

**OPEN SOCIETY  
FOUNDATIONS**

 **UK Government**



© 2023 Global Initiative Against Transnational Organized Crime.

© 2023 Texto Amazon Watch, InfoAmazonia, Amazon Underworld

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida ou transmitida de qualquer forma ou por qualquer meio sem a expressa autorização por escrito do GI-TOC.

Foto da capa: © Amazon Underworld

Para obter mais informações, entre em contato com a Global Initiative Against Transnational Organized Crime  
Avenue de France, 23  
Genebra, CH-1202  
Suíça

[www.globalinitiative.net](http://www.globalinitiative.net)

Amazon Underworld  
[www.amazonunderworld.org](http://www.amazonunderworld.org)

InfoAmazonia  
[www.infoamazonia.org](http://www.infoamazonia.org)

Amazon Watch  
[www.amazonwatch.org](http://www.amazonwatch.org)

# CONTEÚDO

Siglas.....	2
<b>Introdução .....</b>	<b>3</b>
Metodologia.....	5
<b>O submundo amazônico .....</b>	<b>6</b>
Principais economias ilícitas .....	8
Grupos armados não estatais e organizações criminosas.....	11
<b>Impactos da intensificação das dinâmicas criminosas .....</b>	<b>16</b>
Impactos ambientais.....	16
Impactos sociais.....	17
Impactos nas comunidades e territórios indígenas.....	20
<b>Conclusão .....</b>	<b>23</b>
Recomendações.....	24
Referências.....	30



## DA VISÃO À AÇÃO: UMA DÉCADA DE ANÁLISE, DISRUPÇÃO E RESILIÊNCIA

A Global Initiative Against Transnational Organized Crime foi fundada em 2013. Sua visão era mobilizar uma abordagem estratégica global para combater o crime organizado, fortalecendo o compromisso político de enfrentar o desafio, criando uma base de evidências analíticas sobre o crime organizado, interrompendo economias ilícitas e desenvolvendo redes de resiliência nas comunidades afetadas. Dez anos depois, a ameaça do crime organizado é maior do que nunca, e é fundamental que continuemos a agir, criando uma resposta global coordenada para enfrentar o desafio.

# SIGLAS

<b>CV</b>	Comando Vermelho
<b>CV-AM</b>	Comando Vermelho-Amazonas
<b>ELN</b>	Exército de Libertação Nacional
<b>EMC</b>	Estado-Maior Central
<b>FARC</b>	Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia)
<b>FDN</b>	Família do Norte
<b>OTCA</b>	Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
<b>PCC</b>	Primeiro Comando da Capital



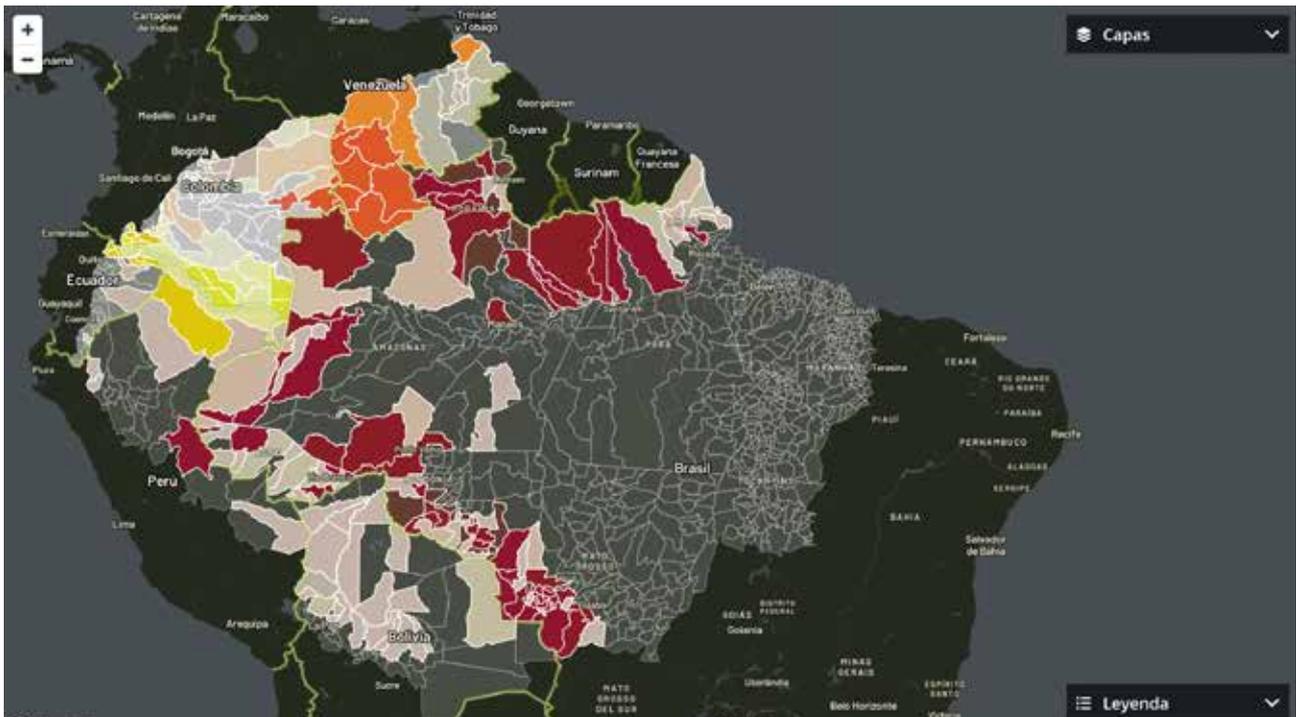
## INTRODUÇÃO

**A** Amazônia, a maior floresta tropical do mundo, cobrindo cerca de 7 milhões de quilômetros quadrados e ligando nove países, tornou-se um dos principais centros e pontos de trânsito para as economias criminosas da América Latina. Desde os carregamentos de cocaína, ouro e madeira que se deslocam ao longo de suas centenas de rios até as pistas de pouso clandestinas que facilitam a movimentação noturna de aviões de contrabando, a Amazônia abriga hoje uma complexa economia subterrânea que alimenta uma crescente demanda global, mas também a violência e o desmatamento. Organizações criminosas, agindo sem controle e com poder crescente, representam uma ameaça existencial para a região de maior biodiversidade do planeta e para as comunidades dentro dela.

Na última década, a Amazônia se tornou uma das regiões mais perigosas da América Latina, com as comunidades marginalizadas arcando com o peso da violência. No Brasil, por exemplo, as comunidades indígenas têm sido sistematicamente submetidas a invasões violentas de garimpeiros, enquanto nos nove departamentos amazônicos da Colômbia, onde foram documentados 43 massacres desde 2020, grupos armados não estatais estão aterrorizando comunidades rurais.<sup>1</sup> No Peru, os traficantes de drogas estão recrutando cada vez mais crianças indígenas para trabalhar em plantações de coca, e grupos guerrilheiros estão enviando famílias inteiras para trabalhar em minas de ouro ilegais na Venezuela.<sup>2</sup> Em 2022, um em cada cinco assassinatos de pessoas que defendem a terra e o meio ambiente em todo o mundo ocorreram na Amazônia.<sup>3</sup>

À medida que a demanda por produtos ilícitos, em especial a cocaína, atingiu proporções históricas e o preço do ouro aumentou drasticamente desde o início dos anos 2000, cresceram também as oportunidades para o crime.<sup>4</sup> Isso, combinado com a fraca presença do Estado, altos níveis de corrupção, décadas de estratégias de segurança fracassadas e falta de coordenação entre os Estados, criou o ambiente perfeito para alguns dos grupos criminosos mais prolíficos da América Latina se reorganizarem e assumirem o controle da região.

A reorganização do ecossistema criminoso local, que inclui guerrilhas colombianas, facções brasileiras, criminosos peruanos (incluindo traficantes de drogas e de seres humanos) e organizações criminosas venezuelanas, fez com que alguns grupos desaparecessem do mapa, deixando espaço para que outros surgissem ou se expandissem. Por meio de pesquisa de campo e análise de dados, o Amazon Underworld descobriu que grupos armados não estatais ou organizações do crime estão ativos em 70% dos municípios pesquisados na Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela (consulte a seção de metodologia), e que todas as fronteiras da região têm pelo menos um ator armado em um dos lados da linha divisória.<sup>5</sup>



**FIGURA 1** Presença de grupos armados não estatais na Amazônia. Os municípios destacados em cinza claro representam áreas cobertas pela pesquisa sem presença armada, enquanto os municípios amazônicos em cinza escuro não foram incluídos na pesquisa.

OBSERVAÇÃO: Não é mostrada a presença de grupos armados em todos os municípios amazônicos da Bolívia, Brasil e Peru, pois a coleta de dados se concentrou nos municípios fronteiriços. Algumas cidades são afetadas pela presença de mais de um grupo armado; para obter dados mais detalhados, consulte o mapa interativo em [https://amazonunderworld.org/#link\\_mapa](https://amazonunderworld.org/#link_mapa).

FONTE: Amazon Underworld

Essa presença se traduz em várias formas de governança e controle que dominam, direta ou indiretamente, a vida de grande parte dos quase 50 milhões de pessoas que vivem na Amazônia, colocando à prova os esforços dos Estados, das comunidades e da sociedade civil para proteger a floresta tropical e suas populações mais marginalizadas.<sup>6</sup> As comunidades locais, muitas vezes indígenas da Amazônia, lutam diariamente contra invasores armados que impõem uma forma de governança criminoso, ditam o acesso à região, controlam as atividades econômicas locais, forçam algumas pessoas a se envolverem em atividades ilícitas e usam a violência para fazer uma justiça rudimentar.

Essa dinâmica criminoso também está acelerando a destruição da Amazônia, que se tornou um bem público global devido à sua diversidade cultural e biológica e à sua condição de ser um dos mais importantes reguladores climáticos do mundo. Há um maior interesse na proteção da Amazônia, motivado pela preocupação com as possíveis repercussões de sua destruição, especialmente diante das mudanças climáticas.<sup>7</sup> Por exemplo, o Fundo Amazônia, um mecanismo criado para arrecadar fundos para os esforços de prevenção e combate ao desmatamento na região, tem o apoio de países como a Noruega e a Alemanha, enquanto governos de toda a América do Sul colocaram a questão firmemente na agenda.<sup>8</sup>

Há muitas evidências de que as comunidades indígenas e seus territórios desempenham um papel fundamental na proteção da floresta tropical, embora estejam cada vez mais sob ataque do crime organizado.<sup>9</sup> Os esforços para proteger o ecossistema amazônico devem andar de mãos dadas com políticas sociais, ambientais e de segurança sustentáveis e sólidas, e com a plena implementação dos direitos dos povos indígenas e de outras comunidades locais. O funcionamento de projetos de conservação para os quais há fundos disponíveis será difícil se os Estados não controlarem suas respectivas partes da Amazônia. Qualquer esforço estatal que não seja coordenado com suas contrapartes simplesmente fracassará, e tanto o meio ambiente quanto as comunidades que protegem a Amazônia pagarão o preço.

## Metodologia

Este relatório é o resultado de uma colaboração entre o projeto jornalístico Amazon Underworld, a Amazon Watch e o GI-TOC. O documento é baseado em dados do Amazon Underworld, um projeto dos veículos de comunicação InfoAmazonia, Armando.Info e La Liga Contra el Silencio, que reuniu 37 jornalistas investigativos e profissionais de mídia que se aventuraram nas áreas mais remotas da Amazônia para documentar as economias criminosas transfronteiriças, suas dinâmicas e impactos, realizando centenas de entrevistas. O trabalho de campo foi realizado entre abril de 2022 e julho de 2023 e incluiu visitas a Loreto e Ucayali no Peru; Putumayo, Caquetá, Amazonas, Vichada e Guainía, na Colômbia; Bolívar, na Venezuela; e Roraima e Amazonas, no Brasil.

Após a conclusão do trabalho de campo, o Amazon Underworld combinou métodos quantitativos e qualitativos para criar um banco de dados capaz de mapear os grupos criminosos e as economias ilícitas em 348 municípios de seis países amazônicos. O mapeamento e a análise são baseados em dados coletados por meio de mais de 60 solicitações de Acesso à Informação, imagens de satélite e documentos de fonte aberta. Os especialistas consultados incluem indivíduos diretamente ligados a atores armados e economias ilícitas (como traficantes de drogas, membros de facções e mineradores ilegais), bem como líderes indígenas, membros da comunidade, agentes das forças de segurança, pessoal de inteligência, promotores, empresários, entre outros.

O documento inclui comentários de líderes e organizações indígenas do Equador, Peru, Colômbia, Venezuela e Brasil, coletados e sistematizados pela Amazon Watch por meio de entrevistas e grupos focais, para tirar conclusões e recomendações com base em situações concretas e nos desafios enfrentados pelos territórios indígenas na Amazônia. Também foram realizadas discussões em grupos focais com especialistas das forças de segurança, autoridades e acadêmicos.



## O SUBMUNDO AMAZÔNICO

**N**as áreas de fronteira da Amazônia (regiões periféricas e dominadas pelo crime), os Estados muitas vezes não têm controle, e a governança criminosa domina a vida de milhões de pessoas. Nessas regiões, não é incomum que os governos regionais e locais estejam envolvidos em economias ilegais e governem por e para redes criminosas, levando a uma convergência de fato entre as instituições estatais e a criminalidade. A ausência do estado de direito e a crescente proximidade entre as redes criminosas e as estruturas institucionais, combinados com a imensa riqueza natural da floresta tropical e a crescente demanda internacional pelas matérias-primas amazônicas, criaram uma fórmula de sucesso para o crime organizado prevalecer.

Além disso, o afastamento e a negligência do governo levaram a uma falta significativa de infraestrutura básica nessas regiões, incluindo a escassez de serviços públicos, como assistência de saúde, educação e desenvolvimento econômico. Isso criou um ambiente em que a pobreza, a exclusão e a marginalização são uma constante, e onde as atividades econômicas informais e, muitas vezes, ilícitas tendem a se tornar um meio de subsistência.

A mineração de ouro, a caça ilegal e o comércio de madeira existem na Amazônia há décadas, mas essas economias cresceram exponencialmente desde o início dos anos 2000, impulsionadas pela demanda global e pelo aumento do preço do ouro. Isso transformou a paisagem local física, econômica e culturalmente, catalisando a destruição da Amazônia e alimentando a violência e a criminalidade.<sup>10</sup> Com a crescente convergência de economias ilícitas, como o tráfico de drogas e o garimpo ilegal de ouro (consulte “Principais economias ilícitas” abaixo), a linha entre negócios legais e ilegais e, às vezes, entre grupos armados estatais e não estatais, ficou mais tênue.

O crime sempre existiu na Amazônia, mas o ecossistema criminoso passou por mudanças significativas. Vários “booms” econômicos na Amazônia tiveram impactos profundos nas comunidades e no meio ambiente ao longo do século XX. A exploração de quinino, borracha, ouro, petróleo, madeira, peles e outras partes de animais atraíram intrusos agressivos para a floresta, resultando em inúmeros abusos de direitos humanos contra as populações indígenas.

Embora a Amazônia sempre tenha sido o lar de caçadores ilegais, criminosos e contrabandistas, foi o cultivo da planta da coca que atraiu o crime organizado e grupos armados para a região. A coca é uma planta nativa da Amazônia, com inúmeros usos tradicionais e de grande importância cultural para os povos indígenas. É também o principal ingrediente na produção de cocaína, ganhando destaque

durante a década de 1970, quando era cultivada comercialmente na Bolívia e no Peru, com laboratórios de processamento operando na Colômbia. A demanda global por cocaína disparou durante as décadas de 1980 e 1990, tornando o tráfico de drogas um dos principais fatores do conflito na Colômbia, após o país se tornar o maior produtor do mundo em meados da década de 1990.

O Cartel de Medellín, de Pablo Escobar, e o Cartel de Cali acumularam uma riqueza significativa com o tráfico de cocaína entre as décadas de 1970 e 1990. Grupos guerrilheiros, como as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e o Exército de Libertação Nacional (ELN), estiveram envolvidos no comércio de cocaína durante décadas, junto com antigas organizações paramilitares. No entanto, foi o aumento do preço do ouro no início dos anos 2000 que permitiu aos grupos armados e criminosos diversificarem as atividades econômicas, explorando mais os recursos naturais e o meio ambiente.

O cenário do crime mudou ainda mais desde 2016, por vários motivos. Em primeiro lugar, o acordo de paz da Colômbia, assinado naquele ano, levou 13.000 combatentes do maior grupo guerrilheiro do continente, as FARC, a depor as armas e deixar a floresta tropical. No entanto, a má implementação do acordo levou a um vácuo de poder, rapidamente ocupado por facções dissidentes das FARC e outros grupos armados, que continuam a disputar agressivamente o controle de áreas de cultivo de coca, rotas de tráfico de drogas e regiões ricas em minerais <sup>11</sup>

Em segundo lugar, o presidente venezuelano Nicolás Maduro assinou um decreto em 2016 que abriu 112.000 quilômetros quadrados de terras venezuelanas no estado de Bolívar, na fronteira com a Colômbia, o Brasil e a Guiana, para o desenvolvimento da mineração. A área batizada de Arco Mineiro do Orinoco, entretanto, não serviu para a promoção de um setor de mineração formal.<sup>12</sup> As organizações criminosas locais aproveitaram a oportunidade e expandiram agressivamente o controle sobre as áreas de mineração de ouro, muitas vezes em conluio com as forças de segurança do Estado e com o apoio dos altos escalões do poder. Os grupos criminosos venezuelanos não estavam sozinhos: os guerrilheiros colombianos, incluindo o ELN e as facções dissidentes das FARC, também aumentaram sua presença dentro e fora do Arco Mineiro do Orinoco.<sup>13</sup> A busca pelo controle de regiões ricas em recursos naturais, aliada à ampla disponibilidade de mão de obra barata devido à crise política, econômica e humanitária do país, levou a um aumento sem precedentes na mineração ilegal de ouro, transformando radicalmente a situação social, econômica e política no sul venezuelano.<sup>14</sup>

Por fim, uma batalha pelo controle da Amazônia entre algumas das organizações criminosas mais poderosas do Brasil (o Primeiro Comando da Capital [PCC], o Comando Vermelho [CV] e a Família do Norte [FDN]) começou depois que o CV e o PCC puseram fim a um pacto de não agressão em 2016, levando a uma série de massacres em prisões e à reconfiguração do cenário local. A riqueza da região amazônica possibilitou a esses grupos diversificarem e expandirem seus negócios, trazendo a atenção deles para o garimpo ilegal de ouro e outras atividades econômicas.<sup>15</sup> Além disso, as prisões na região amazônica do Brasil estão superlotadas com pessoas aguardando julgamento ou presas por pequenos delitos. Por isso, grupos criminosos como o PCC e o CV se expandiram na região ao mesmo tempo em que recrutavam novos membros dentro do sistema penitenciário.

## Principais economias ilícitas

Os ciclos de crime e violência na região amazônica estão enraizados no lucrativo e multibilionário comércio ilícito de drogas e minerais, especialmente o garimpo ilegal de ouro e o tráfico de cocaína, que estão intrinsecamente ligados.

### Mineração de ouro

Estima-se que a mineração ilegal de ouro na América Latina movimente entre US\$ 3 bilhões e US\$ 12 bilhões por ano<sup>16</sup>, o que representa uma parte significativa da economia da região e é uma importante fonte de renda para as organizações criminosas. Grande parte do ouro ilegal é extraído na Amazônia, que tem cerca de 4.500 pontos de garimpo ilegal, identificados em 2020.<sup>17</sup> As áreas mais afetadas são o sul da Venezuela, em especial o estado de Bolívar, e os estados brasileiros de Pará e Roraima, mas o problema também está se expandindo no Equador, Peru e Venezuela.

A maioria dos grupos criminosos presentes na Amazônia está envolvida na mineração ilegal de ouro, embora de maneiras diferentes. Essa é uma das principais fontes de renda dos grupos armados não estatais colombianos, dedicados a esse negócio desde a década de 1990. A atividade também faz parte do espectro criminoso do PCC, especialmente nos estados de Roraima e Pará. O cartel mexicano de Sinaloa e outros grupos menores também estão envolvidos no comércio por meio do tráfico de mercúrio, uma substância tóxica usada na extração de ouro.<sup>18</sup>

Em toda a América do Sul, além da região amazônica, o crime organizado e os grupos armados não estatais estão frequentemente envolvidos em outros aspectos da mineração ilegal de ouro. Os membros do ELN na Colômbia e na Venezuela são proprietários de equipamentos utilizados na atividade, enquanto dissidentes das FARC na Colômbia, no Brasil e na Venezuela adicionam taxações à produção de ouro; e forças estatais corruptas no Brasil e na Venezuela estão envolvidas no tráfico.<sup>19</sup> A mineração ilegal de ouro também é uma



Uma mina em Ikabarú, no sul da Venezuela. Os depósitos de ouro na região são alvos atraentes para mineradores ilegais e grupos armados. © María Ramírez Cabello

atividade cobiçada para lavar os lucros do tráfico de drogas, e gera a renda necessária para financiar a violência usada para controlar territórios e comunidades.<sup>20</sup> Dada a complexidade da cadeia de produção e as inúmeras maneiras de legalizar o ouro extraído ilegalmente, o metal se tornou uma opção atraente para os grupos criminosos.<sup>21</sup> No Brasil, por exemplo, uma fonte das forças de segurança afirmou que o CV compra ouro ilegal como investimento ou para usá-lo como pagamento de remessas de cocaína e maconha.<sup>22</sup>

Do ponto de vista criminoso, o ouro oferece uma série de vantagens: é fácil de transportar e mais resistente a danos do que substâncias como a cocaína; é um investimento estável, pois mesmo pequenas quantidades têm um valor significativo, que tende a aumentar em tempos de incerteza econômica; e pode ser facilmente removido de um país, mesmo durante o fechamento de fronteiras, como visto na Venezuela durante a pandemia da COVID-19<sup>23</sup>. Além disso, as consequências legais do tráfico de ouro são geralmente menores do que as do tráfico de drogas.

## Impactos da mineração ilegal de ouro sobre os povos indígenas na Amazônia brasileira

Entre 2016 e 2022, o garimpo ilegal de ouro em terras indígenas na Amazônia brasileira aumentou mais de oito vezes, de acordo com dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, o Inpe. Na lista dos territórios indígenas mais afetados, os três primeiros são o território Kayapó (com 11.542 hectares tomados para mineração), o território Munduruku (4.744 hectares) e o território Yanomami (1.744 hectares).<sup>24</sup> A expansão da mineração de ouro nesses territórios foi um projeto político que atingiu seu auge durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (2019-2022), que desmontou órgãos de fiscalização ambiental, perseguiu líderes e organizações indígenas e se aliou a garimpeiros que exploram territórios tradicionais.<sup>25</sup>

Isso teve graves consequências socioambientais. Nas terras dos Munduruku, Yanomami e Kayapó, rios inteiros foram alterados ou poluídos com mercúrio. Em 2021, os pesquisadores descobriram que 200 moradores de três aldeias Munduruku ao longo do rio Tapajós estavam contaminados com mercúrio, com níveis mais altos nas áreas mais afetadas pelo garimpo.<sup>26</sup>

Os conflitos sociais dentro das comunidades indígenas e a violência contra os defensores indígenas atingiram o pico com o afluxo de garimpeiros. Em 2021, os líderes Munduruku que se opunham à mineração em seu território foram atacados por grupos pró-garimpo, que queimaram suas casas e os forçaram a fugir da comunidade.<sup>27</sup> A perseguição, intimidação e outros atos de violência contra as lideranças são comuns em áreas disputadas por mineradores. A mesma violência tem invadido os territórios Yanomami no estado de Roraima, onde o garimpo ilegal de ouro tem causado graves epidemias de malária, desnutrição infantil e ataques violentos às comunidades e aos líderes que resistem às invasões.<sup>28</sup>

A mineração ilegal de ouro e as organizações criminosas se expandiram paralelamente. Por isso, a produção nos garimpos está frequentemente ligada a outros crimes, desde ambientais e contra o patrimônio público até ao tráfico de pessoas, à exploração sexual de mulheres e crianças e à escravidão moderna. A relação entre o garimpo e o tráfico de drogas também se aprofundou: com base em relatos dos garimpeiros, uma investigação de 2021 do site Amazônia Real mostrou como membros do PCC estavam operando em terras indígenas.<sup>29</sup> ■

## Tráfico de drogas

A coca, principal matéria-prima usada para produzir cocaína, é amplamente cultivada na Amazônia. Embora a Colômbia seja o maior produtor mundial da droga, a maior parte do cultivo da folha na região é feita no Peru.<sup>30</sup> Devido à crescente demanda pela droga na Europa e nos mercados em desenvolvimento na África, no Oriente Médio e na Ásia, os traficantes estão usando cada vez mais as rotas amazônicas.<sup>31</sup> As centenas de rios e pistas de pouso clandestinas espalhadas pela região oferecem amplas oportunidades para o tráfico, pois as autoridades policiais não dispõem de pessoal e recursos para patrulhá-los.<sup>32</sup>

Os grupos criminosos usam vários portos marítimos no Brasil, bem como na Guiana e no Suriname, para exportar a maior parte da cocaína para a Europa e a África Ocidental. Estima-se que grandes quantidades de cocaína passem pela Venezuela e sejam transportadas em embarcações semissubmersíveis para o mar aberto, onde as drogas são carregadas em navios que partem de outros países.<sup>33</sup>

Embora a Colômbia e o Peru ainda sejam os maiores produtores, o cultivo de coca migrou através das fronteiras para a Venezuela e até mesmo o Equador.<sup>34</sup> A atual crise política e de segurança neste último levou a uma intensificação da violência em 2022 e 2023. As redes criminosas se aproveitaram do fraco controle nas cidades portuárias equatorianas e começaram a movimentar grandes quantidades de cocaína pelo país. Além disso, o número crescente de laboratórios de cloridrato de cocaína detectados na Bolívia indica que o país está deixando de ser um lugar onde a folha de coca é cultivada e transportada e passando a ser um produtor do produto final: a cocaína.<sup>35</sup>



Colheita de folhas de coca em Bellavista, Peru. Devido à crescente demanda por cocaína em todo o mundo, os traficantes estão usando cada vez mais as rotas amazônicas.

© Alex Rufino

As indústrias no entorno do negócio de drogas na região amazônica, incluindo o comércio de precursores e o roubo de combustível ou petróleo bruto para a produção de coca, exigem mais pesquisas, assim como os impactos ambientais associados a isso. Um estudo realizado em 2023 pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime destacou os vínculos entre corrupção, violência e o reinvestimento do dinheiro das drogas em outros setores, às vezes legais, que causam danos ambientais, como a pecuária e a agricultura.<sup>36</sup> Os assassinatos do ativista de direitos indígenas Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips, na região do Vale do Javari, destacaram as ligações entre o tráfico de drogas, a pesca e a caça ilegal.<sup>37</sup>

Embora o tráfico de cocaína domine o cenário do narcotráfico na região, não se deve subestimar o tráfico de cannabis, especialmente devido à alta demanda por cannabis potente, muitas vezes chamada de skunk ou creepy, que proporciona grandes lucros às organizações guerrilheiras colombianas. O preço de um quilo de pasta base de cocaína na Amazônia é regularmente o mesmo de um quilo de cannabis potente.<sup>38</sup>

## Grupos armados não estatais e organizações criminosas

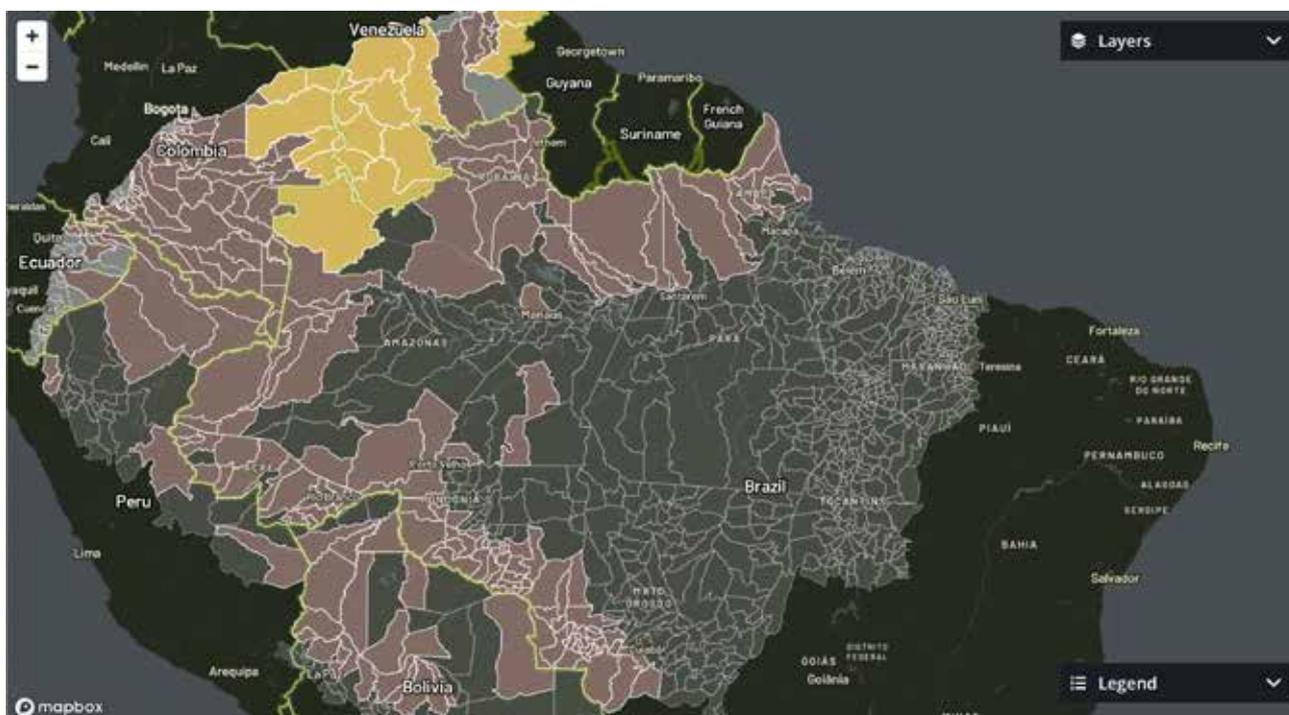
Vários grupos armados que controlam diferentes partes da Amazônia disputam a região. Não há um controle hegemônico, resultando em contínuos confrontos territoriais. Embora as estruturas maiores, especialmente na Colômbia e na Venezuela, possam manifestar alguma forma de controle social e territorial, as cadeias de suprimento econômico são fragmentadas, e a externalização da criminalidade resultou em muitos grupos autônomos e novas iniciativas criminosas operando em toda a região. Além disso, outros pequenos grupos são frequentemente associados a organizações maiores. Os principais atores serão apresentados a seguir.

### Exército de Libertação Nacional

Fundado em 1964, o ELN se tornou a maior organização guerrilheira da Colômbia depois que as FARC se desmobilizaram em 2016. Historicamente, o ELN tem operado ao longo da fronteira entre a Colômbia e a Venezuela, na costa do Pacífico e em algumas regiões do interior dos Andes ricas em recursos naturais.<sup>39</sup>

Embora a Amazônia não seja um reduto tradicional do ELN, o grupo expandiu sua presença na Venezuela, usando as regiões de fronteira como uma retaguarda estratégica para descansar, deslocar tropas e esconder vítimas de sequestros.<sup>40</sup> Mais recentemente, principalmente depois que Maduro assinou o decreto do Arco Mineiro do Orinoco, a presença e o envolvimento do ELN na mineração ilícita de ouro foram consolidados.<sup>41</sup>

O ELN tem atualmente uma presença estratégica em ambos os lados da fronteira amazônica entre a Colômbia e a Venezuela. O grupo controla a mineração ilegal de ouro nos estados venezuelanos de Amazonas, Bolívar e Delta Amacuro, bem como as rotas do tráfico de drogas para a Guiana e o Brasil.



**FIGURA 2** Presença do Exército de Libertação Nacional na Amazônia (indicado em amarelo).

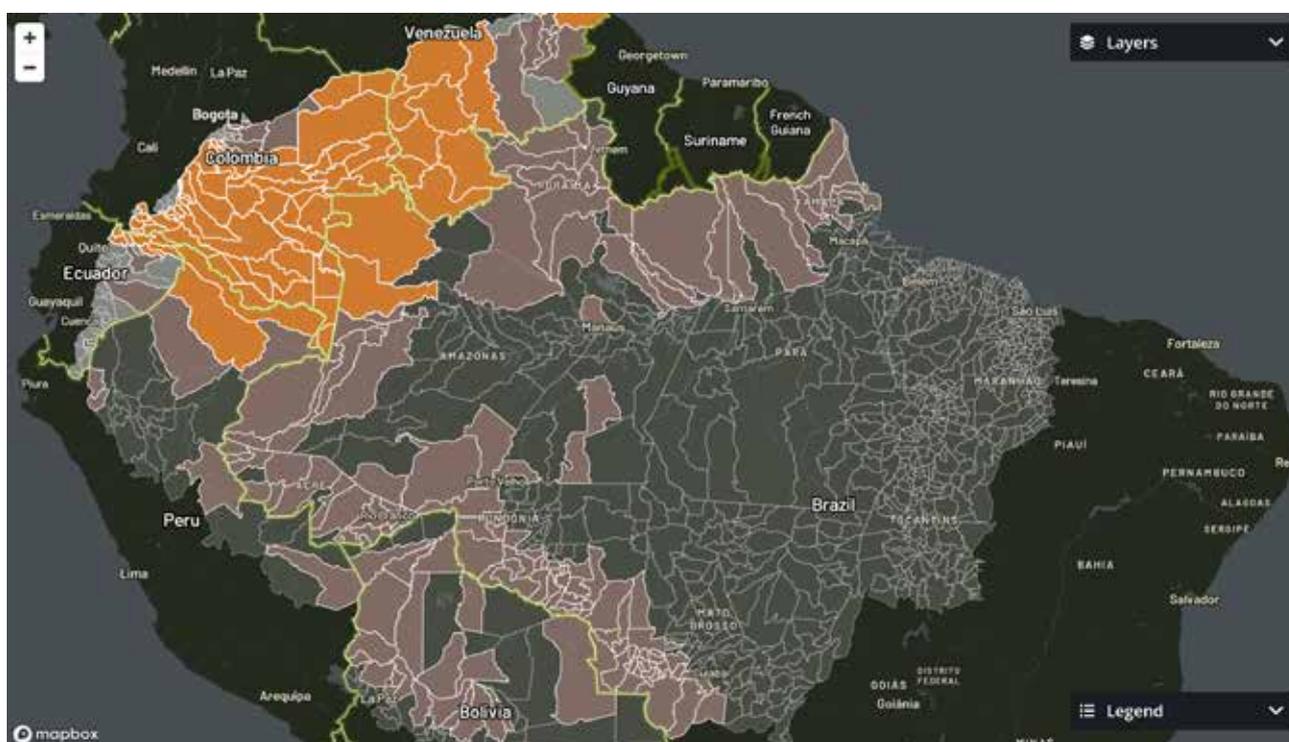
OBSERVAÇÃO: Para obter dados mais detalhados, consulte o mapa interativo em [https://amazonunderworld.org/#link\\_mapa](https://amazonunderworld.org/#link_mapa).

FONTE: Amazon Underworld

Também extorque dinheiro ao longo do rio Cuyuní, que faz fronteira com a Guiana, e entra no Brasil com mercadorias pelo rio Negro.<sup>42</sup>

## Dissidentes das FARC

As FARC, também fundadas em 1964, chegaram a um acordo de paz sem precedentes em 2016 com o governo do então presidente Juan Manuel Santos, após inúmeras tentativas fracassadas de negociação. A maior parte das forças das FARC se desmobilizou, mas alguns blocos beligerantes não assinaram o tratado de paz. Alguns membros voltaram a pegar em armas nos anos seguintes, devido à implementação vacilante do acordo e à falta de segurança vivenciada pelos ex-combatentes.<sup>43</sup> Mais do que qualquer outro grupo armado não estatal na Colômbia, as antigas FARC tinham uma forte presença na região amazônica. Por diversas razões, incluindo o controle social e o uso da densa cobertura florestal para a movimentação e ocultação de tropas, o grupo limitava o desmatamento em larga escala.<sup>44</sup> Após a desmobilização, as autoridades estatais não conseguiram retomar o controle das áreas rurais da Amazônia, e madeireiros, fazendeiros, traficantes de drogas e grileiros aproveitaram a oportunidade para limpar a terra e afirmar seu domínio sobre áreas-chave, resultando em impactos ambientais significativos. Essa tendência começou a se reverter quando as facções dissidentes das



**FIGURA 3** Presença das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia na Amazônia (indicada em laranja).

OBSERVAÇÃO: Para obter dados mais detalhados, consulte o mapa interativo em [https://amazonunderworld.org/#link\\_mapa](https://amazonunderworld.org/#link_mapa).

FONTE: Amazon Underworld

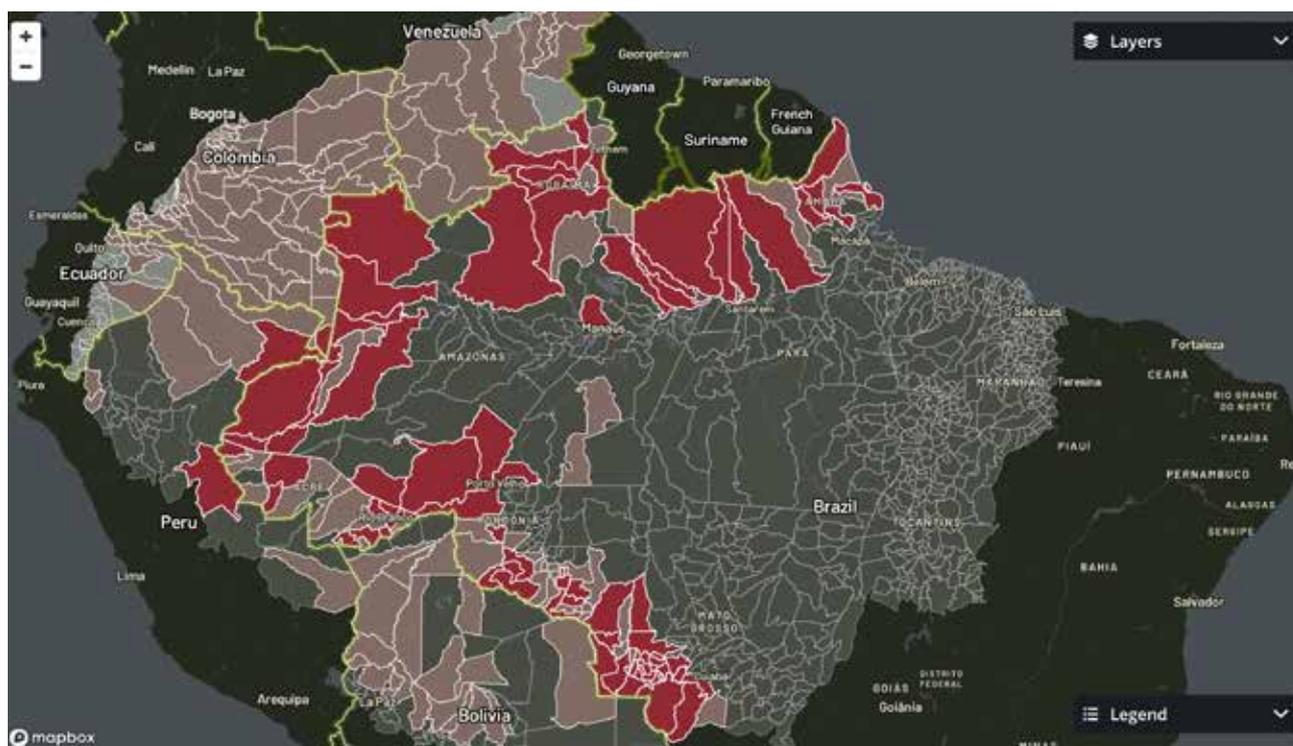
FARC reafirmaram seu controle sobre a Amazônia. Em 2022 e 2023, elas restringiram as atividades madeireiras, levando a uma drástica redução nas taxas de desmatamento nas regiões de Meta, Caquetá e Guaviare, na Colômbia.<sup>45</sup>

Atualmente, duas estruturas principais de dissidentes das FARC operam em pelo menos quatro países diferentes.<sup>46</sup> A Segunda Marquetalia (liderada pelo ex-negociador-chefe das FARC Luciano Marín Arango, mais conhecido como Iván Márquez) e o Estado-Maior Central (Estado Mayor Central, EMC-FARC, comandado por Néstor Gregorio Vera Fernández, conhecido como Iván Mordisco) se



A Rota Caipira, uma rota utilizada quase que exclusivamente para o transporte de drogas para o Brasil, via Paraguai, está sob o controle do PCC, que também estendeu sua influência à Amazônia boliviana e tem uma presença tácita na Colômbia. Esta última destacada pelo assassinato de um promotor paraguaio em Cartagena e pela prisão de um dos principais fornecedores de cocaína do PCC, de nacionalidade colombiana, em Medellín, em agosto de 2023.<sup>50</sup> Desde 2015, o PCC tem aumentado significativamente sua presença na região norte do Amazonas, com a intenção de enfrentar o grupo criminoso local FDN e expandir seu controle sobre as rotas de tráfico de drogas que ligam a Colômbia, a Venezuela e o Peru. No estado de Roraima, na fronteira com a Venezuela, por exemplo, o PCC passou de uma presença mínima, há uma década, para cerca de 1.000 membros em 2016 e cerca de 2.000 atualmente. O grupo agora tem como alvo migrantes vulneráveis da Venezuela, que em Roraima representam cerca de 40% de seus membros, e pessoas encarceradas.<sup>51</sup>

Mais recentemente, o grupo se concentrou no garimpo ilegal de ouro, onde reinveste os lucros do tráfico de drogas, de acordo com um oficial das forças de segurança brasileiras que falou com o Amazon Underworld.<sup>52</sup> A presença do PCC em Roraima chamou muita atenção em 2021, quando vários de seus membros foram implicados em uma série de ataques a comunidades indígenas na região de Palimiú, em Roraima.<sup>53</sup> Várias fontes disseram ao Amazon Underworld que o envolvimento do PCC no garimpo em terras indígenas inclui o monitoramento e a taxaço de pessoas que trabalham no setor de serviços, incluindo bordéis.<sup>54</sup>



**FIGURA 5** Presença do Comando Vermelho na região amazônica (mostrado em vermelho).

OBSERVAÇÃO: Para se envolver mais de perto com os dados, consulte o mapa interativo em [https://amazonunderworld.org/#link\\_mapa](https://amazonunderworld.org/#link_mapa).

FONTE: Amazon Underworld

## Comando Vermelho

Fundado em 1979 no Rio de Janeiro, o CV começou como uma organização de tráfico de drogas urbana, hierárquica e estruturada de cima para baixo. No final da década de 1990, porém, havia se transformado em uma rede criminosa maior, com presença na Colômbia e no Paraguai.<sup>55</sup>

Na Amazônia, o CV estava ligado a traficantes de drogas no estado do Amazonas e à FDN, uma organização criminosa sediada em Manaus que controlava o tráfico de drogas da Colômbia para o Brasil, via Amazônia. Depois de romper um pacto de não agressão com o PCC em 2016, sua aliança com a FDN permitiu que o CV se beneficiasse das principais rotas de tráfico de cocaína e maconha e expandisse suas operações para o Peru e a Colômbia, onde estabeleceu presença no sistema penitenciário de algumas das principais cidades fronteiriças do Amazonas.<sup>56</sup>

As disputas internas de poder dentro da FDN em 2018 levaram ao colapso da organização, fazendo com que muitos membros da FDN em Manaus desertassem para a CV (veja “Grupos em Manaus”). Isso levou à formação do Comando Vermelho-Amazonas (CV-AM), um grupo relativamente autônomo afiliado à organização criminosa multinacional com sede no Rio de Janeiro.<sup>57</sup>

Desde a criação da CV-AM, o grupo aumentou sua presença na área da tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru, e em Ucayali, uma região peruana que faz fronteira com o Brasil e é conhecida pelo cultivo ilícito de coca. Embora fontes de inteligência da polícia afirmem ter observado o CV pela primeira vez em Ucayali em 2015, sua expansão após 2020 é evidente.<sup>58</sup>

## Grupos menores de crime organizado

Novos grupos criminosos, dissidentes e gangues menores foram identificados em 124 dos 348 municípios amazônicos investigados neste estudo. No Brasil, como mencionado acima, a mais conhecida facção de origem amazônica, a FDN, aliou-se ao CV para combater o PCC. No entanto, sua aliança criminosa se desfez em 2018, o que levou a um rápido declínio de seu poder, pois o CV começou a entrar em conflito violento com a FDN.<sup>59</sup> Enquanto os ex-membros da FDN em Manaus foram absorvidos pelo CV, em Tabatinga, cidade do Amazonas localizada na tríplice fronteira, os dissidentes da FDN, juntamente com os novos recrutas da Colômbia e do Peru, rebatizaram-se como Os Cria e assumiram o controle de grande parte do tráfico de drogas e do microtráfico na região. Eles agora controlam parte do negócio a partir dos pontos de coleta na província peruana de Mariscal Ramón Castilla.<sup>60</sup>

Na Bolívia, o cenário criminoso é altamente fragmentado, mas tem um impacto significativo sobre o meio ambiente e a segurança, principalmente por meio da mineração ilegal de ouro e do tráfico de drogas. Isso inclui casos de homens armados protegendo pistas de pouso ilegais e impondo restrições territoriais aos guardas florestais devido à falta de segurança. Além da presença do PCC e do CV na Bolívia, operam na região clãs familiares, criminosos brasileiros com acesso a documentos de identidade bolivianos e traficantes de drogas colombianos.<sup>61</sup>

Outro país onde as iniciativas criminosas estão se proliferando é o Equador, que se tornou o principal ponto de saída da cocaína na América Latina por fazer fronteira com os maiores produtores de cocaína do mundo: Colômbia e Peru. A violência no país disparou desde 2022, e novas gangues urbanas, como Los Lobos, e estruturas criminosas existentes, como Los Choneros, assumiram o controle significativo dos crescentes corredores de tráfico de cocaína.<sup>62</sup> A presença deles foi relatada em pequenas áreas da Amazônia. Além disso, Los Tiguerones operam no município de Sucumbios, na fronteira com a Colômbia e o Peru.<sup>63</sup>



# IMPACTO DA INTENSIFICAÇÃO DAS DINÂMICAS CRIMINOSAS

## Impactos ambientais

A situação ecológica da Amazônia tem atraído a atenção política por seu papel como um sumidouro de carbono vital, crucial para mitigar as mudanças climáticas ao absorver dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) por meio de seus ciclos de chuva únicos. Cientistas alertam para um ponto de inflexão iminente, que poderia desencadear o colapso ecológico se as temperaturas globais subirem mais de 2,5°C acima dos níveis pré-industriais e o desmatamento atingir de 20 a 25%. A taxa atual é de 17%, e a região sudeste da Amazônia já emite mais CO<sub>2</sub> do que absorve.<sup>64</sup>

A destruição da Amazônia é um desastre ambiental causado pelo homem, muitas vezes impulsionado por atividades econômicas legais. A pecuária, a agricultura industrial e a grilagem de terras, às vezes alimentadas pela demanda internacional, contribuíram de forma esmagadora para os níveis alarmantes de desmatamento na última década.<sup>65</sup> A mineração ilegal de ouro e o tráfico de cocaína, no entanto, têm repercussões específicas que são exacerbadas pelas ligações intrincadas entre as atividades econômicas legais e ilegais.<sup>66</sup> Por exemplo, embora esteja bem documentado que os lucros da cocaína sustentam o garimpo ilegal de ouro, conforme mencionado acima, é menos conhecido o fato de que esse dinheiro pode chegar à pecuária e à agricultura industrial.<sup>67</sup> A legalidade dessas economias é muitas vezes questionável, pois elas frequentemente violam leis e regulamentos.

Em nível local, as economias ilegais, como a mineração de ouro e a produção de cocaína, contribuem para a contaminação do solo e da água, por meio do despejo de produtos químicos usados no processamento da folha de coca e na extração ilegal de ouro.<sup>68</sup> O garimpo ilegal na Amazônia ameaça tanto o meio ambiente quanto a saúde humana, ao alterar o fluxo dos rios e introduzir mercúrio tóxico no ecossistema. O mercúrio envenena os cursos d'água locais, é absorvido pelas plantas e consumido pelos animais (inclusive peixes), afetando não apenas as comunidades que dependem desses recursos, mas também aquelas em regiões mais remotas.<sup>69</sup>

Um estudo realizado em 2018 perto da fronteira brasileira, na Amazônia colombiana, revelou que quase 90% dos membros da comunidade indígena tinham níveis de mercúrio acima do limite recomendado, às vezes até quatro vezes mais.<sup>70</sup> No Brasil, o povo indígena Munduruku, em duas comunidades ao longo do rio Tapajós enfrenta grave contaminação por mercúrio devido à expansão das atividades de mineração. Um estudo realizado em 2020 revelou que seis em cada 10 pessoas tinham níveis de mercúrio acima do limite seguro estabelecido pelas autoridades de saúde.<sup>71</sup> A contaminação por mercúrio tem consequências graves para o corpo humano, que se manifestam em uma variedade de



Água contaminada é despejada em um rio, Venezuela. As economias ilegais na Amazônia contribuem para a destruição da floresta tropical por meio do desmatamento e da contaminação do subsolo e da água. © Andrés Cardona

sintomas, como tremores, insônia, perda de memória, distúrbios neuromusculares, dores de cabeça e disfunções cognitivas e motoras.

O cultivo ilegal também afeta o meio ambiente de várias maneiras. Embora o cultivo de coca não seja o principal fator de desmatamento em larga escala,<sup>72</sup> há casos de grupos armados não estatais que financiam diretamente a derrubada de árvores para esse fim, muitas vezes em troca de empréstimos que devem ser pagos com pasta base de coca.<sup>73</sup> A produção de cocaína também requer grandes quantidades de produtos químicos tóxicos, como acetona, ácido sulfúrico e combustível, que muitas vezes são despejados na selva, contaminando o solo e as fontes d'água.<sup>74</sup> Em algumas áreas, como o departamento colombiano de Putumayo, os criminosos roubam petróleo bruto dos oleodutos e o transformam em combustível em refinarias improvisadas na selva. São necessários mais de 300 litros de gasolina para produzir um único quilo de cocaína.<sup>75</sup> Válvulas ilegais que vazam ou são desconectadas, bem como as refinarias improvisadas na selva, contribuem para a poluição e para grandes vazamentos

## Impactos sociais

As economias ilícitas, que prosperam com o controle territorial e social do crime, geralmente têm efeitos devastadores e traumáticos nas comunidades, que podem durar gerações. Os ecossistemas dos quais essas comunidades dependem para sua subsistência são destruídos, enquanto seus líderes são ameaçados e seus filhos e filhas são recrutados por organizações criminosas. Combinado com um ambiente de extrema falta de oportunidade e presença do Estado, isso empurra as comunidades ainda mais para um ciclo de marginalização e violência.<sup>76</sup>

## Violência

O tecido social da Amazônia está mudando rapidamente, já que as comunidades indígenas, camponesas e afrodescendentes estão sob constante pressão de grupos armados que procuram explorá-las em economias ilícitas, confiná-las ou deslocá-las à força por meio de ameaças violentas, ou recrutá-las para seus negócios. Aqueles que são contra correm cada vez mais o risco de serem mortos, pois as vozes dessas comunidades podem ser silenciadas eliminando seus líderes mais expressivos. De acordo com a Global Witness, 39 defensores da terra e do meio ambiente foram mortos na Amazônia em 2022.<sup>77</sup>

Os centros urbanos da Amazônia também se tornaram extremamente violentos nos últimos anos. Manaus, a capital do estado do Amazonas, é a terceira cidade mais perigosa do Brasil, com uma taxa de homicídios de 54,5 por 100.000 habitantes. No entanto, a violência em cidades menores, como Tabatinga, é ainda maior, com uma taxa de 106,6.<sup>78</sup> Do outro lado da fronteira, em Letícia, centro da Colômbia para turistas internacionais que visitam a Amazônia, a taxa de homicídios em 2022 foi de 60 por 100.000 habitantes, a segunda mais alta da Colômbia entre as cidades com menos de 100.000 habitantes.<sup>79</sup>

A situação nas áreas rurais também é alarmante, em meio a disputas pelo controle territorial das áreas de cultivo de coca e dos corredores de tráfico de drogas. Em Putumayo, na Colômbia, 21 massacres foram registrados desde 2020, principalmente em decorrência do conflito territorial entre os grupos guerrilheiros Comandos de la Frontera e Frente Carolina Ramírez, que faz parte da estrutura do EMC-FARC.<sup>80</sup>

Há também extrema violência em áreas onde o ouro é extraído ilegalmente, com grupos competindo violentamente pelo acesso às minas. Isso pode ser observado na Venezuela, onde grupos guerrilheiros colombianos, forças estatais corruptas e organizações criminosas locais estão envolvidos em conflitos pela riqueza mineral, e há muitos relatos de tortura, execuções e violência sexual.<sup>81</sup> No Brasil, por exemplo, nas terras do povo indígena Yanomami, a violência dos garimpeiros contra a população é comum.<sup>82</sup>

À medida que os grupos criminosos ganham poder e controle, as drogas se tornam mais facilmente acessíveis nas ruas das cidades ao longo dos corredores do tráfico. Isso não só leva a um aumento no consumo, mas também à superlotação das prisões, com pessoas presas por pequenos delitos como roubo, posse ou tráfico de drogas. Esses presídios, muitas vezes controlados por organizações criminosas, representam um risco significativo, pois servem para recrutar ativamente jovens vulneráveis.<sup>83</sup>



A polícia militar prende um jovem no Brasil. Os jovens são vulneráveis ao recrutamento por grupos armados tanto dentro como fora da prisão.

© Wagner Almeida

## Recrutamento e instrumentalização de comunidades amazônicas

Um dos motivos pelos quais as economias ilícitas puderam se expandir é a disponibilidade de mão de obra barata. Os refugiados venezuelanos no Brasil, as comunidades indígenas na Venezuela e os grupos indígenas e camponeses envolvidos em conflitos na Colômbia tornam-se alvos vulneráveis para grupos armados e organizações criminosas, que se aproveitam da vulnerabilidade social.<sup>84</sup>

Na Amazônia venezuelana, grupos guerrilheiros colombianos oferecem aos jovens indígenas o que suas famílias muitas vezes têm dificuldade de fornecer: abrigo e comida. Esses adolescentes, às vezes com apenas 14 anos, são atraídos com presentes e pequenos pagamentos, e são gradualmente levados para as atividades da guerrilha, seja para trabalhar em um dos negócios ilícitos ou para se tornar combatentes rebeldes.<sup>85</sup>

“Disseram-me que eu só trabalharia para sustentar a família”, lembra um jovem indígena venezuelano sobre os homens que o levaram para um acampamento madeireiro escondido a horas de distância de casa. “Quando eu quis ir embora, não pude porque me disseram que eu já estava me juntando ao grupo, que eu fazia parte das FARC. Foi quando comecei minha vida de guerrilheiro”, disse ele.

Na Colômbia, por outro lado, o recrutamento é frequentemente forçado. De acordo com um líder comunitário entrevistado pelo Amazon Underworld, quando um grupo guerrilheiro fechou seu vilarejo, ninguém pode entrar ou sair por um longo período.<sup>86</sup> Durante esse tempo, a facção guerrilheira ofereceu remédios a um adolescente doente, que não tinha acesso a cuidados médicos, com a condição de que ele se juntasse ao grupo quando se recuperasse. Em maio de 2023, quatro jovens foram mortos pela Frente Carolina Ramírez após escaparem de uma situação semelhante de recrutamento forçado.<sup>87</sup>

No estado venezuelano do Amazonas, muitas escolas rurais foram abandonadas e, às vezes, mais da metade de seus alunos cai sob a influência desses grupos insurgentes. Mais ao sul, ao longo da fronteira Colômbia-Brasil, perto do rio Caquetá (uma rota importante para a cocaína e outras drogas), os traficantes associados aos dissidentes da EMC-FARC recrutam homens indígenas para transportar pacotes pela selva, evitando a vigilância do exército brasileiro nas margens do rio, para entregar a remessa aos grupos brasileiros do crime organizado, como o CV. Em conversas particulares, a maioria reconhece a realidade econômica que mantém suas aldeias isoladas. “A única maneira de sair daqui é trazer drogas e maconha”, disse um traficante de drogas indígena.

## Tráfico de pessoas e escravidão moderna

O tráfico de pessoas na região está vinculado a uma discriminação estrutural de comunidades indígenas no mercado de trabalho. Essa discriminação é caracterizada por fatores como o racismo sistêmico, a falta de acesso a educação formal e o isolamento social devido à falta de meios de subsistência e ao afastamento de seus vilarejos. As vítimas são forçadas a aceitar condições de trabalho precárias e de exploração, muitas vezes ligadas a atividades criminosas, como o garimpo ilegal.

Mulheres e crianças também são recrutadas para a mineração e outras atividades ilícitas. O Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) relatou um aumento significativo na exploração sexual e no tráfico de pessoas em áreas de mineração no sul da Venezuela, inclusive de menores de idade, com casos de crianças de até 9 anos de idade trabalhando nas minas.<sup>88</sup> Casos de tráfico sexual, escravidão moderna e exploração também foram relatados em Madre de Díos, distrito de mineração do Peru, e no estado brasileiro do Pará.<sup>89</sup>

## Impacto nas comunidades e territórios indígenas

Os impactos ambientais e sociais apontados acima têm consequências particularmente negativas para os povos indígenas, uma vez que sua relação com seus territórios tem profundas dimensões sociais, políticas, culturais e espirituais, que constituem as pré-condições para a segurança e a vida dos indivíduos, mas também para sua existência como povos. Considerando que o crime organizado tem uma capacidade única de penetrar ou condicionar a comunidade e acessar territórios isolados, essa é literalmente uma ameaça existencial.

Isso é especialmente verdadeiro para as comunidades indígenas que buscaram refúgio em áreas remotas da floresta tropical, para se protegerem das ameaças das indústrias extrativas e da colonização. Os povos indígenas em isolamento e contato inicial são os mais vulneráveis ao impacto das organizações criminosas em seus territórios. O observatório estatal de drogas do Peru, Devida, observou um aumento drástico nas áreas de cultivo de coca em territórios reservados às comunidades indígenas, de 171 hectares em 2021 para 598 hectares em 2022.<sup>90</sup> Isso se deve à expansão das reservas de Kakataibo Norte e Sul e, mais recentemente, à presença de laboratórios clandestinos e pistas de pouso, além de concessões florestais ilegais de exploração madeireira nas reservas de Atacuari, Sierra del Divisor Occidental e Tamaya-Abujao.<sup>91</sup> Na Colômbia, as terras do povo seminômade Yuri-passé, que vive em isolamento voluntário no Parque Nacional Río Puré, são invadidas por garimpeiros ilegais do lado brasileiro da fronteira.<sup>92</sup> Os dissidentes das FARC, que estão envolvidos com a cobrança de taxas dos mineiros ilegais e com o tráfico de drogas, atravessam os rios perto de seus assentamentos. O contato com a tribo é iminente.

Nas regiões em que os territórios indígenas são altamente fragmentados, atravessados por estradas ou integrados a dinâmicas econômicas e sociais urbanas, os mercados ilícitos se expandem rapidamente, colocando os povos indígenas em uma situação de grande vulnerabilidade e risco constante, contribuindo para a desintegração das comunidades. Por exemplo, em regiões como Ucayali ou Madre de Dios, no



Povos Wampis lideram operações para proteger seu território da mineração ilegal de ouro, 2017.

© Andres Larrea

Peru, onde todas as atividades sociais e políticas estão ligadas a economias ilegais que se sobrepõem e se apoiam mutuamente, as comunidades indígenas acabam sendo incorporadas e, se conseguirem resistir, isoladas. Em alguns casos, entrar e sair dos territórios passa a depender da capacidade de se defender dos grupos ilegais. Caso contrário, eles são forçados a coexistir com eles.

Em outras regiões em que os povos indígenas têm maior controle sobre o território (caso dos Wampis no Peru, por exemplo),<sup>93</sup> é possível controlar as economias ilegais ou, pelo menos, intervir nelas, graças à existência de estruturas sociais e políticas próprias das comunidades. Isso, ao mesmo tempo, permite uma coordenação muito mais fluida com o aparato de controle estatal. Assim como provaram ser um amortecedor contra o desmatamento,<sup>94</sup> os povos indígenas podem ser um componente central na resposta às atividades ilegais na Amazônia, por meio de seus próprios sistemas de governança e controle territorial.

Em toda a Amazônia, os povos e comunidades indígenas estão defendendo seus territórios e meios de subsistência. No Peru, os Wampis e muitos outros estão se organizando para controlar seus territórios e expulsar os garimpeiros de ouro. No Equador, a Federación Indígena del Napo está se mobilizando, realizando campanhas culturais e pressionando o Estado a tomar medidas contra a mineração ilegal. Enquanto no Brasil, os Munduruku, Yanomami e Kayapós formaram uma aliança histórica para se oporem conjuntamente às atividades de garimpo em seus territórios. Diante da colonização da coca, os Kakataibos e povo Shipibo-Konibo-Xetebo, do Peru, organizaram guardas indígenas para proteger seus territórios. A ação local é acompanhada de demandas estratégicas, como no caso da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) contra a mineração de garimpo em 2020,<sup>95</sup> com incidência nacional e internacional.

No entanto, o preço pago pelas organizações e líderes indígenas é muito alto. Eles enfrentam ameaças às suas vidas e famílias, e são cada vez mais alvo de violência e assassinatos. Os ataques contra os defensores não são bem investigados e muitas vezes resultam em impunidade, como demonstra o caso dos Kakataibo (veja o quadro abaixo).

## Os Kakataibo, as principais vítimas do tráfico de drogas na selva central do Peru

O território Kakataibo, localizado entre as regiões de Huánuco e Ucayali, na selva central do Peru, é um corredor estratégico para várias economias ilegais, principalmente o narcotráfico. Os colonos de Huánuco e do Vale dos Rios Apurímac, Ene e Mantaro, dedicados ao cultivo de coca, começaram a chegar à região em 2000, expandindo a fronteira da coca. Esse fenômeno aumentou durante a pandemia da COVID-19. De acordo com a ONG ambientalista peruana Pro-Purús, em meados de 2023 havia 85 pistas de pouso clandestinas na área.<sup>96</sup>

O crescimento exponencial do cultivo de coca na região nos últimos 20 anos levou ao aumento da pressão e da violência contra o povo Kakataibo. Desde 2020, quatro líderes comunitários Kakataibo foram assassinados, sendo o caso mais emblemático o de Arbildo Meléndez, um líder da comunidade de Unipacuyacu, no distrito de Codo del Pozuzo.<sup>97</sup>

A comunidade de Unipacuyacu está esperando há 23 anos pela aquisição do título da terra. Durante esse tempo, os colonos obtiveram certificados de posse ou propriedade das autoridades locais, com o apoio indireto do governo central e de parceiros internacionais.

Os colonos alegam usar a terra para plantações de frutas e criação de gado, recebendo incentivos financeiros e apoio de programas governamentais e fundos da cooperação internacional. No entanto, essas áreas se tornaram uma linha de frente para a expansão do tráfico de drogas, o que levou ao deslocamento forçado ou ao cerco da população indígena.

No Peru, organizações indígenas em nível nacional, regional e local denunciaram a expansão do narcotráfico na região, especialmente desde a pandemia da COVID-19, que forçou as autoridades a lançar operações antidrogas.<sup>98</sup> Os narcotraficantes responderam com violência e ameaças, bem como com estratégias cada vez mais sofisticadas: legitimar sua presença nas áreas buscando reconhecimento legal como patrulhas camponesas, aumentar a penetração nas comunidades indígenas por meio da oferta de emprego e realizar subjugação forçada. ■



## CONCLUSÕES

**O** tão debatido ponto de não retorno para a Amazônia, muitas vezes chamado de “ponto de inflexão”, refere-se a eventos climáticos e ecológicos. Mas até que ponto a Amazônia pode ser infiltrada por organizações criminosas para que se possa dizer que as economias ilegais violentas ultrapassaram as demais?

A ausência de instituições estatais, ou sua cumplicidade com as organizações criminosas em grandes áreas da Amazônia, permitiu que as redes criminosas dominassem a selva e estabelecessem operações econômicas que ultrapassam em muito os orçamentos dos governos que tentam combatê-las.<sup>99</sup> A pandemia permitiu que a criminalidade se expandisse ainda mais, quando os governos mudaram seu foco e direcionaram seus gastos para o combate à COVID-19. Isso levou a restrições orçamentárias nas operações policiais, aumentando as oportunidades para que o crime organizado reforçasse o controle sobre a Amazônia.

Enquanto isso, o aumento da demanda por cocaína e o incremento nos preços do ouro tornaram o controle da Amazônia fundamental para as redes do crime organizado, com muitas cidades portuárias brasileiras e equatorianas transformadas em importantes pontos de partida, e as populações locais em mão de obra barata.<sup>100</sup> Os lucros da mineração ilegal de ouro, que agora envolve o crime organizado e grupos como o PCC e o ELN, permitem que esses grupos subornem autoridades policiais de alto escalão, juízes e políticos locais, tornando a região mais vulnerável à corrupção. Duas prisões no estado brasileiro do Amazonas apontaram para uma possível corrupção generalizada nos altos escalões do aparato de segurança.<sup>101</sup> Sem abordar a corrupção na região, é difícil conceber uma estratégia de conservação eficaz para a Amazônia.

Embora o ponto de inflexão para a Amazônia ainda não tenha chegado, há sinais preocupantes de como esse cenário pode se apresentar. Por exemplo, em algumas áreas do Amazonas, Roraima e Pará, garimpeiros, madeireiros e fazendeiros ilegais geram mais renda do que o orçamento do governo destinado a combatê-los. Esse é um resultado direto dos cortes orçamentários nos órgãos governamentais responsáveis pela proteção dos territórios indígenas e do meio ambiente, como a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama).<sup>102</sup> Com baixos orçamentos ou pouca presença do Estado, reverter as tendências criminosas é um desafio quase impossível.

Na Venezuela, a cumplicidade do Estado com a mineração ilegal de ouro e o tráfico de drogas dentro das fronteiras do país criou uma bonança para as economias ilícitas que exploram a Amazônia. Isso

abriu a porta para grupos armados não estatais assumirem o controle de vastas regiões ricas em recursos e posicionarem suas forças perto de fronteiras estratégicas. Como resultado, a situação de segurança se tornou cada vez mais difícil de reverter, mesmo que houvesse vontade política para isso.

Na Colômbia, um problema preocupante de má governança afeta o Instituto Nacional de Parques. Desde 2020, os guardas uniformizados foram proibidos de entrar ou operar em partes dos parques nacionais na região amazônica.<sup>103</sup> Essa situação surgiu devido a ameaças e restrições impostas pelos dissidentes das FARC. Como resultado, o Estado tem sido incapaz de monitorar, controlar e proteger efetivamente seus ativos ecológicos mais valiosos na Amazônia.<sup>104</sup>

Em toda a floresta, as redes criminosas sabem como explorar as fraquezas e a falta de cooperação entre os estados amazônicos, usando as fronteiras como refúgios seguros para se multiplicar e escapar de repressões esporádicas das forças de segurança. Grupos que inicialmente controlavam uma determinada atividade econômica agora diversificaram seus portfólios criminosos em toda a região. Com a expansão das oportunidades econômicas, há poucos motivos para acreditar que esses grupos deixarão de crescer e intensificar sua violência, tanto entre eles quanto contra a população civil e líderes sociais e indígenas, enquanto causam estragos no ecossistema amazônico.

Respostas como desenvolver estratégias para melhorar a rastreabilidade das matérias-primas amazônicas e trabalhar para reduzir a demanda global, encontrar formas alternativas de subsistência para as comunidades locais e discutir estratégias coerentes de segurança transfronteiriça poderiam começar a abordar as questões em jogo. Mas as perspectivas ilimitadas de enriquecimento, combinadas com o potencial amplamente inexplorado de economias como o tráfico de animais selvagens, contribuem para um cenário que provavelmente se agravará.

Entretanto, nem tudo está perdido, pois há lições importantes a serem aprendidas com a sociedade civil local. As comunidades indígenas da Amazônia estão entre as mais ativas no confronto com essas organizações criminosas, demonstrando resiliência e capacidade de adaptação. Os guardas indígenas que patrulham vastos territórios têm sido bem-sucedidos em impedir que as atividades econômicas e os grupos criminosos penetrem mais profundamente nas terras ancestrais. Há muitos exemplos do uso de ferramentas tecnológicas, como drones e dispositivos de GPS, para monitorar territórios, parar o desmatamento e expulsar garimpeiros ilegais.<sup>105</sup>

Infelizmente, não se pode dizer o mesmo dos governos, pois a cooperação regional muitas vezes não existe. Enquanto os governos não coordenarem suas estratégias de segurança, políticas antidrogas, planos de desenvolvimento rural e marcos jurídicos para os crimes contra o meio ambiente, o crime organizado continuará a se mover de uma economia ilícita para outra, cruzando as fronteiras em busca das melhores oportunidades a baixo custo e risco.

Os recentes compromissos públicos dos presidentes do Brasil e da Colômbia (os maiores países amazônicos em termos de população e economia) sobre a importância de proteger a Amazônia, e a declaração conjunta da cúpula de agosto de 2023 da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica poderiam oferecer oportunidades para avançar em uma agenda regional que priorize tanto o meio ambiente quanto a segurança dos habitantes da região.<sup>106</sup> A cooperação é a chave para salvar o que resta da Amazônia.

## Recomendações

Combater a presença crescente de organizações criminosas na Amazônia e seu impacto nas comunidades e no meio ambiente requer uma abordagem coordenada e decisiva por parte das autoridades de diferentes níveis e setores. Isso demanda a implementação de políticas públicas abrangentes que vão além de respostas repressivas simplistas e esporádicas, transformando as condições estruturais que impulsionam a atividade criminosa e fortalecendo a capacidade e a cooperação das partes interessadas em conter o crime organizado.

### Estratégias de segurança transfronteiriça

O crime ambiental não respeita fronteiras políticas. Além da regulamentação internacional, é necessária uma estratégia de segurança regional na Amazônia para melhorar a cooperação policial, a segurança ambiental e a diplomacia. Os governos, por si sós, não têm capacidade operacional e financeira para combater com eficácia as operações criminosas transnacionais, cujas receitas ilícitas geralmente excedem seus recursos. Para enfrentar esse desafio, é necessário o envolvimento não apenas das forças policiais, mas também de agências governamentais não militares, órgãos regionais e doadores estrangeiros. Nesse contexto, recomendamos:

- Que as autoridades devem estabelecer mecanismos eficazes de comunicação, compartilhamento de inteligência e cooperação entre os órgãos de aplicação da lei, especialmente nas áreas de fronteira, para impedir que grupos criminosos transportem matérias-primas obtidas ilegalmente, precursores de drogas e materiais amazônicos através das fronteiras.
- Que as autoridades mudem o foco das iniciativas de cooperação de segurança regional, de uma perspectiva estritamente de policiamento e controle de fronteiras para uma que priorize a proteção de povos indígenas, comunidades marginalizadas e conservação de ecossistemas. Isso inclui garantir a participação efetiva das organizações indígenas e de outras populações amazônicas no projeto, na implementação e na avaliação das políticas de segurança transfronteiriça na Amazônia. É um objetivo alcançado por meio de plataformas como a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) ou a Organização dos Estados Americanos (OEA).
- Em um momento de grande interesse geopolítico na Amazônia e em seus recursos naturais, é fundamental que a cooperação regional, baseada na soberania nacional dos países amazônicos, seja a base de todos os esforços, estratégias e cooperação de segurança internacional. É preciso fazer isso com total respeito aos direitos humanos e reconhecimento dos direitos e territórios coletivos.
- Os diálogos de paz com grupos armados não estatais, como na Colômbia, devem reconhecer a presença transfronteiriça desses grupos na Amazônia. Eles também devem envolver governos estrangeiros, para tratar dos efeitos colaterais do conflito e das economias que financiam a violência.
- Embora os ecossistemas não reconheçam fronteiras, vários territórios ancestrais indígenas se estendem além dos limites nacionais, protegendo esses ecossistemas. A criação de parques binacionais e territórios indígenas é essencial como parte de uma solução diplomática que poderia não apenas promover a cooperação entre os Estados, mas também proteger os ecossistemas, com a participação de comunidades binacionais ou até mesmo trinacionais. A região pode se inspirar nas melhores práticas internacionais nesse sentido.

## Povos indígenas

Para aproveitar todo o potencial das comunidades indígenas no combate ao crime organizado, as políticas públicas devem ter como objetivo reforçar o controle territorial e as estratégias de governança dos próprios povos indígenas, o que pode ajudar a limitar a disseminação do crime organizado e a combater as operações criminosas. Em vez de apresentar os povos indígenas como meras vítimas, é fundamental reconhecê-los como atores políticos. As autoridades devem:

- Assegurar a inclusão dos povos indígenas nos órgãos de tomada de decisão locais, nacionais e regionais, incluindo a OTCA, por meio da criação de comissões e fóruns especializados para discutir questões de segurança e uma coordenação mais próxima com os órgãos de aplicação da lei. As normas da Convenção sobre Povos Indígenas e Tribais da Organização Internacional do Trabalho (nº 169) e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas devem ser aplicadas sistematicamente.
- Fortalecer os sistemas de governança e os direitos territoriais dos povos indígenas por meio da titulação coletiva de territórios integrais, acelerando os processos de titulação pendentes em cada país. Políticas específicas devem ser desenvolvidas e implementadas para impedir invasões de terras e identificar áreas de alto risco. Isso permitirá o reconhecimento rápido e formal dos títulos coletivos de terras étnicas nessas regiões.
- Apoiar as estratégias de controle territorial, governança e autoproteção dos povos indígenas aumentando o financiamento, garantindo o reconhecimento legal das guardas indígenas e harmonizando as estratégias de defesa territorial coletiva indígena com a legislação nacional. Além disso, os funcionários e agentes da lei devem ser treinados para respeitar as jurisdições comunitárias. Uma maior cooperação entre o Estado e as comunidades amazônicas poderia permitir que ambas as partes fossem mais eficazes na proteção dos territórios amazônicos se respeitassem plenamente os direitos indígenas e seguissem os protocolos e acordos apropriados.
- Implementar novos programas ou melhorar os já existentes, com o objetivo de fortalecer a economia das comunidades indígenas. Esses programas devem ser baseados em planos comunitários e orientados pela interculturalidade e pelo consentimento livre, prévio e informado. Eles devem alcançar as organizações e comunidades indígenas, concentrando-se na promoção de “economias florestais permanentes”, ou seja, modelos econômicos baseados no uso sustentável e na conservação das florestas.
- Garantir a proteção dos povos indígenas em isolamento e contato inicial por meio do desenvolvimento e da implementação de uma estrutura institucional robusta, com recursos financeiros e tecnológicos suficientes para evitar que seus territórios se tornem refúgios seguros para organizações criminosas. Isso também exige o fortalecimento da governança territorial nas áreas de fronteira das reservas indígenas e a garantia de corredores transfronteiriços seguros com medidas de proteção coordenadas.

## Proteção de quem denuncia o crime organizado

O crime organizado só será detido se aqueles que se opuserem às suas atividades forem apoiados e protegidos, seja defendendo seus territórios, fazendo denúncias na mídia, denunciando o crime na

administração pública ou trabalhando em respostas políticas. Os programas de proteção existentes geralmente têm poucos recursos e não são sensíveis ao contexto amazônico. As autoridades devem:

- Garantir mecanismos eficazes, incluindo protocolos de resposta rápida e de emergência, com recursos financeiros e tecnológicos suficientes para proteger defensores indígenas e ambientais, jornalistas e aqueles que denunciam corrupção ou atividades criminosas.
- No caso de comunidades e líderes indígenas, as medidas de proteção devem ser consultadas e acordadas com as organizações indígenas e incluir um enfoque nos direitos coletivos dos povos indígenas. As medidas devem complementar os esforços de autoproteção das comunidades, não apenas para defender a vida de seus líderes, mas também para proteger seus territórios.
- Dar a mais alta prioridade para garantir o acesso à justiça e reparações para as vítimas e famílias dos defensores ambientais assassinados. Isso é essencial para acabar com a impunidade predominante dos crimes cometidos contra eles, com atenção especial para a identificação dos autores intelectuais dos crimes cometidos.
- Ratificar e implementar o Acordo Regional sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Justiça em Assuntos Ambientais na América Latina e no Caribe (também conhecido como Acordo de Escazú),<sup>107</sup> que prevê obrigações precisas para proteger os defensores do meio ambiente.

## **Corrupção e cumplicidade do Estado**

Muitas políticas governamentais serão ineficazes se a corrupção e o envolvimento arraigado do Estado em economias ilícitas não forem abordados. Para combater esse problema, as autoridades devem:

- Fortalecer a capacidade investigativa dos promotores, aumentar sua presença na região e fornecer ferramentas para investigar os fluxos financeiros por trás dos crimes ambientais. O estado de direito deve aplicar medidas disciplinares rigorosas àqueles envolvidos em práticas corruptas.
- Impor sanções administrativas especiais aos responsáveis pela violação da legislação nacional de direitos fundiários, incluindo agentes diretos e figuras politicamente responsáveis.
- Incentivar a participação da comunidade e da sociedade civil na identificação, denúncia e acompanhamento de casos de corrupção, para garantir que os órgãos de aplicação da lei sejam responsabilizados.
- Estabelecer fortes mecanismos de supervisão, como ouvidorias independentes ou órgãos de auditoria externa, para monitorar as atividades dos órgãos de aplicação da lei.
- Estabelecer um sistema transparente para denunciar e investigar alegações de corrupção nesses órgãos.

## **Financiamento de crimes ambientais**

Dada a linha tênue entre economias legais e ilegais, é necessário um maior escrutínio judicial daqueles que financiam crimes ambientais. O compartilhamento de informações e capacidades, bem como a comunicação transfronteiriça entre os governos amazônicos e as agências de aplicação da lei, são de vital importância. Nesse sentido:

- Organizações internacionais como a INTERPOL, bem como o governo dos Estados Unidos e a União Europeia, devem fornecer capacidade técnica, de coordenação e de investigação para apoiar os esforços de identificação daqueles que financiam crimes ambientais.
- As agências encarregadas de monitorar transações suspeitas, como a Unidade de Informações e Análise Financeira da Colômbia ou a Unidade de Inteligência Financeira do Peru, devem estabelecer mecanismos de compartilhamento de informações com as agências de aplicação da lei e monitorar

os alertas das organizações da sociedade civil. Isso permitiria que elas priorizassem e se concentrassem em áreas geográficas críticas para o monitoramento de fluxos financeiros. Esse compartilhamento de informações poderia simplificar o trabalho dos órgãos de vigilância financeira, identificando padrões e gerando evidências que poderiam ser usadas pelos órgãos de aplicação da lei.

- Os Estados devem investigar indivíduos e estruturas corporativas envolvidas na apropriação de terras e no desmatamento. A Colômbia estabeleceu um precedente importante com uma política que visava retirar das terras aqueles que desmatavam florestas em áreas protegidas. Os doadores internacionais e o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), como no caso colombiano, poderiam fornecer assistência técnica.<sup>108</sup>

## Financiamento climático

As políticas climáticas dos EUA e da UE devem ser condicionadas e implementadas com foco na proteção dos defensores do meio ambiente, no fortalecimento das economias indígenas e dos direitos à terra e no combate ao crime organizado. Para esse fim, os formuladores de políticas devem:

- Desenvolver padrões e métodos de avaliação contínuos para evitar que os fundos ou projetos climáticos destinados a proteger os direitos humanos, os territórios indígenas ou o desenvolvimento sustentável sejam entregues sem a devida diligência a entidades estatais que possam usá-los como canal para facilitar a ilegalidade. Se for detectada uma violação desses métodos, o financiamento deverá ser interrompido.
- Usar o financiamento climático para criar um fundo especial para áreas particularmente afetadas por economias ilegais, com um foco combinado no desenvolvimento local e na redução das emissões do desmatamento. Esses fundos poderiam ser implementados com agências de desenvolvimento alternativas em cada país ou com os governos locais, e alcançar diretamente as comunidades indígenas onde eles estiverem envolvidos.

## Mercados ilegais e cadeias de suprimentos

O estabelecimento de barreiras para impedir que as matérias-primas amazônicas acessem os mercados internacionais tem se mostrado insuficiente. Em vez disso, o fechamento de brechas nas políticas e o aumento da transparência e da rastreabilidade contribuíram muito para limitar o escopo dos mercados ilegais. Os governos devem:

- Promover o compartilhamento eficaz de informações e conhecimentos entre os Estados, as agências de fiscalização e de supervisão financeira para melhorar a cooperação e conter o fluxo de bens e substâncias ilícitas.
- Promover regulamentações internacionais para os Estados e o setor privado que abranjam a extração, a produção e a comercialização de produtos com possíveis impactos na Amazônia, bem como os precursores que possibilitam sua produção, como o mercúrio necessário para a mineração ilegal de ouro ou os precursores químicos usados para produzir cocaína. Isso envolveria a adoção e a atualização de regulamentos para evitar o uso e a produção de substâncias nocivas, a harmonização da legislação para transações nacionais e internacionais e o estabelecimento de mecanismos para revisar as listas de substâncias controladas e facilitar a troca de informações.
- Revisar e alterar a tributação e os procedimentos administrativos relacionados ao comércio na Amazônia, para remover os incentivos à movimentação de mercadorias ilegais através das fronteiras.

## Acesso à informação

Informações detalhadas, desagregadas e sistematicamente coletadas são essenciais para a elaboração e implementação de estratégias e políticas para proteger a Amazônia e combater crimes ambientais. Para esse fim, os governos e a sociedade civil devem:

- Em cooperação com os povos indígenas, estabelecer bancos de dados para monitorar os danos ambientais em toda a região, incluindo níveis de poluição por mercúrio, degradação florestal, indicadores de violência de gênero, propriedade da terra, concessões de mineração e extração de madeira e dados comerciais. Os países amazônicos devem trabalhar juntos para estabelecer padrões e metodologias científicas comuns.
- Complementar a análise institucional do impacto do crime organizado na bacia amazônica, envolvendo a sociedade civil no monitoramento do crime organizado e seus efeitos na Amazônia. Esse monitoramento poderia fornecer informações mais detalhadas por meio de grupos da sociedade civil no território, já que os Estados enfrentam os desafios de controlar e compreender as vastas extensões da Amazônia. Os sistemas de alerta precoce poderiam abordar não apenas as ameaças violentas e os danos ao meio ambiente, mas também avaliar a extensão da capacidade institucional existente. Por sua vez, a cooperação com agências estatais poderia permitir que os governos identificassem, apoiassem e sistematizassem as respostas da sociedade civil e das comunidades indígenas ao impacto do crime organizado. Deve-se dar atenção especial às áreas urbanas, dado o número crescente de cidades pequenas que servem como centros da economia política do crime e dos danos ambientais na região.
- Mudar a análise da presença e do impacto das organizações criminosas de um nível puramente nacional para um nível local e regional, especialmente devido à dinâmica em rápida evolução do conflito e do crime organizado. Entender como esses grupos armados exercem a governança criminosa em nível local é o primeiro passo para desenvolver estratégias eficazes para combater suas atividades, fortalecer o controle estatal e apoiar a governança comunitária.
- Estabelecer um grupo de especialistas composto por acadêmicos, autoridades em políticas públicas, profissionais de aplicação da lei, bem como representantes da sociedade civil e das comunidades amazônicas. Esse grupo deve colaborar com soluções supranacionais para a região, e abordar a crise ambiental e climática, bem como questões de segurança transfronteiriças, com o objetivo de preservar o ecossistema amazônico e as comunidades que ele abriga. Os países amazônicos poderiam solicitar à ONU e ao secretário-geral a nomeação de um grupo de especialistas.



## REFERÊNCIAS

- 1 Indepaz, *Masacres en Colombia durante el 2020, 2021, 2022 y 2023*, 20 de outubro de 2023, <https://indepaz.org.co/informe-de-masacres-en-colombia-durante-el-2020-2021/>.
- 2 Entrevistas com membros de grupos armados não estatais, líderes comunitários e traficantes de drogas, 2022 e 2023.
- 3 Global Witness, *Standing firm: The Land and Environmental Defenders on the frontlines of the climate crisis*, 15 de setembro de 2023, <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/environmental-activists/standing-firm/#defenders-amazon-connected-determination>.
- 4 Para ter uma ideia do tamanho do mercado de cocaína, consultamos os dados de apreensão do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime. Consulte: <https://dataunodc.un.org/dp-drug-seizures>. A demanda global por ouro permaneceu estável, mas o aumento acentuado de seu preço tornou sua extração muito lucrativa. Consulte o World Gold Council: <https://www.gold.org/goldhub/data/gold-demand-by-country>.
- 5 Consulte Amazon Underworld: Crime e corrupção na sombra da maior floresta tropical do mundo, mapa interativo, <https://amazonunderworld.org/pt.html>.
- 6 Veja WWF, *Top facts about the Amazon*, <https://www.wwf.org.uk/learn/fascinating-facts/amazon>.
- 7 Luciana V Gatti et al, *Amazonia as a carbon source linked to deforestation and climate change*, *Nature*, 595 (2021), <https://www.nature.com/articles/s41586-021-03629-6>.
- 8 Consulte o Amazon Fund, <https://www.amazonfund.gov.br/at/home/>.
- 9 Veja Earth Observatory, *Indigenous communities protect the Amazon*, <https://earthobservatory.nasa.gov/images/151921/indigenous-communities-protect-the-amazon>; Kathryn Baragwanath e Ella Bayi, *Collective property rights reduce deforestation in the Brazilian Amazon*, *Proceedings of the National Academy of Science*, 117, 34 (2020), <https://www.pnas.org/doi/full/10.1073/pnas.1917874117>.
- 10 Lukas Rüttinger et al, *The nature of conflict and peace: The links between environment, security and peace and their importance for the United Nations*, WWF, abril de 2020, [https://climate-diplomacy.org/sites/default/files/2022-05/WWF-adelphi\\_The%20Nature%20of%20Conflict%20and%20Peace\\_mid%20res\\_0.pdf](https://climate-diplomacy.org/sites/default/files/2022-05/WWF-adelphi_The%20Nature%20of%20Conflict%20and%20Peace_mid%20res_0.pdf).
- 11 Respostas ao conflito, *Las caras de las disidencias: Cinco años de incertidumbre y evolución*, <https://www.conflictresponses.org/las-caras-de-las-disidencias-cinco-anos-de-incertidumbre-y-evolucion/>.
- 12 Bram Ebus, *Investigando o arco da mineração: A destruição de 110 mil quilômetros quadrados de florestas no maior projeto de mineração na Venezuela*, 15 de janeiro de 2018, <https://arcominero.infoamazonia.org/>.
- 13 Bram Ebus, *Exploiting Venezuela's uncertain future: Resource conflicts and the environment*, Wilson Center, março de 2022, <https://www.wilsoncenter.org/sites/default/files/media/uploads/documents/Bram%20Ebus%20Final.pdf>.
- 14 International Crisis Group, *Gold and grief in Venezuela's violent south*, 28 de fevereiro de 2019, <https://www.crisisgroup.org/en/latin-america-caribbean/andes/venezuela/073-gold-and-grief-venezuelas-violent-south>.
- 15 Instituto Clima e Sociedade e TERRA, *Mapeamento da violência na região amazônica: relatório final*, fevereiro de 2022, <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/11/violencia-amazonica-ingles-v3-web.pdf>; Ryan C Berg, *Luta pela Amazônia: Novas fronteiras no cenário de crime organizado do Brasil*, Instituto Jack D. Gordon de Política Pública, outubro de 2021, [https://csis-website-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/publication/211025\\_Berg\\_The\\_Tussle\\_for\\_the\\_Amazon.pdf](https://csis-website-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/publication/211025_Berg_The_Tussle_for_the_Amazon.pdf).
- 16 Livia Wagner, *Organized crime and illegally mined gold in Latin America*, GI-TOC, março de 2016, <https://globalinitiative.net/analysis/organized-crime-and-illegally-mined-gold-in-latin-america/>.
- 17 Red Amazónica de Información Socioambiental Georreferenciada, *Amazonia under pressure: An X-ray of the main threats to the world's largest tropical forest, and the progress of its deterioration, Illegal mining*, <https://atlas2020.amazoniasocioambiental.org/en/posts/illegal-economy-mining>.
- 18 Entrevistas com agentes da lei e um membro do Cartel de Sinaloa, 2021 e 2023.

- 19 Entrevistas com membros da guerrilha, garimpeiros e agentes da lei, 2022 e 2023.
- 20 UNODC, *World Drug Report 2023, Executive summary*, [https://www.unodc.org/res/WDR-2023/WDR23\\_Exsum\\_fin\\_DP.pdf](https://www.unodc.org/res/WDR-2023/WDR23_Exsum_fin_DP.pdf). Os preços de mercado da cocaína e do ouro são semelhantes, e os garimpeiros ilegais às vezes chegam a trocar 1 grama de cocaína por 1 grama de ouro.
- 21 Ibid.
- 22 Entrevista com um policial brasileiro, 2023.
- 23 Marcos David Valverde e Bram Ebus, *La gran barata del oro en el Sur de Venezuela: compre un gramo y el otro le sale gratis*, Armando Info, 10 de maio de 2020, <https://armando.info/la-gran-barata-del-oro-en-el-sur-de-venezuela-compre-un-gramo-y-el-otro-le-sale-gratis/>.
- 24 Luísa Pontes Molina, Terra rasgada: como avança o garimpo na Amazônia brasileira, Aliança em Defesa dos Territórios, 2023, <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/terra-rasgada-como-avanca-o-garimpo-na-amazonia-brasileira>.
- 25 Para panoramas sistemáticos das políticas indígenas e ambientais no Brasil entre 2018 e 2022, veja: Indigenistas Associados e Instituto de Estudos Socioeconômicos, Fundação anti-indígena: um retrato da Funai sob o governo Bolsonaro, junho de 2022, [https://indigenistasassociados.org.files.wordpress.com/2022/08/fundacao-anti-indigena\\_inesc\\_ina.pdf](https://indigenistasassociados.org.files.wordpress.com/2022/08/fundacao-anti-indigena_inesc_ina.pdf); Observatório do Clima, Nunca mais: 4 anos de caos ambiental sob Jair Bolsonaro, 2023, [https://www.oc.eco.br/wp-content/uploads/2023/05/baixa\\_20220512\\_individuais\\_nunca-mais-outra-vez.pdf](https://www.oc.eco.br/wp-content/uploads/2023/05/baixa_20220512_individuais_nunca-mais-outra-vez.pdf).
- 26 Veja FIOCRUZ e WWF, Impacto do mercúrio na saúde do povo Mundurucu na Bacia do Tapajós, [https://www.greenpeace.org/static/planet4-brasil-stateless/9ec86ba8-wwfbr\\_2020\\_nt\\_impacto-merc%C3%BArio-sa%C3%BAde-povo-ind%C3%ADgena-munduruku\\_v2.pdf](https://www.greenpeace.org/static/planet4-brasil-stateless/9ec86ba8-wwfbr_2020_nt_impacto-merc%C3%BArio-sa%C3%BAde-povo-ind%C3%ADgena-munduruku_v2.pdf).
- 27 Cícero Pedrosa Neto, «Estão enganando a nosso povo», diz a líder Maria Leusa Mundurucu, *Amazônia Real*, 8 de junho de 2021, <https://amazoniareal.com.br/estao-enganando-our-people-say-maria-leusa-munduruku-leader-who-had-houses-incendined-by-garimpeiros/>.
- 28 Em um relatório de 2023, a Associação Yanomami Hutukara registrou a destruição social e ecológica causada pela mineração ilegal em seu território, bem como as inúmeras tentativas feitas pelos Yanomami para exigir apoio do governo, todas elas ignoradas. A Associação Yanomami registrou a destruição social e ecológica causada pelo garimpo ilegal em seu território, bem como as inúmeras tentativas dos Yanomami de exigir apoio do governo, todas ignoradas. Veja: Associação Hutukara Yanomami, Yamakí ni ohotai xoa! Nós ainda estamos sofrendo: um balanço dos primeiros meses da emergência Yanomami, 2023, <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2023/08/Yamakí-ni-ohotahi-Xoa-Nos-ainda-estamos-sofrendo-yad00620.pdf>.
- 29 Amazônia Real, Como o PCC infiltrou os garimpos em Roraima, 11 de maio de 2021, <https://amazoniareal.com.br/how-the-pcc-infiltrated-the-garimpos-in-roraima/>.
- 30 UNODC, *World Drug Report 2023, The nexus between drugs and crimes that affect the environment and convergent crime in the Amazon Basin*, [https://www.unodc.org/res/WDR-2023/WDR23\\_B3\\_CH4\\_Amazon.pdf](https://www.unodc.org/res/WDR-2023/WDR23_B3_CH4_Amazon.pdf).
- 31 United Nations Office on Drugs and Crime, *World Drug Report 2023, Executive summary*, [https://www.unodc.org/res/WDR-2023/WDR23\\_Exsum\\_fin\\_DP.pdf](https://www.unodc.org/res/WDR-2023/WDR23_Exsum_fin_DP.pdf).
- 32 UNODC, *World Drug Report 2023, The nexus between drugs and crimes that affect the environment and convergent crime in the Amazon Basin*, [https://www.unodc.org/res/WDR-2023/WDR23\\_B3\\_CH4\\_Amazon.pdf](https://www.unodc.org/res/WDR-2023/WDR23_B3_CH4_Amazon.pdf).
- 33 Entrevistas com fontes na Venezuela, 2023.
- 34 Mapeamento do cultivo de coca pelo Amazon Underworld.
- 35 Monica Machicao, *Bolivia hardens tone on cocaine 'mega labs', signaling crackdown*, Reuters, 2 de setembro de 2023, <https://www.reuters.com/world/americas/bolivia-hardens-tone-cocaine-mega-labs-signaling-crackdown-2023-09-02/>.
- 36 UNODC, *World Drug Report 2023, The nexus between drugs and crimes that affect the environment and convergent crime in the Amazon Basin*, [https://www.unodc.org/res/WDR-2023/WDR23\\_B3\\_CH4\\_Amazon.pdf](https://www.unodc.org/res/WDR-2023/WDR23_B3_CH4_Amazon.pdf).
- 37 Cécile Andrzejewski et al. Pesca ilegal, a mais recente história de Don Phillips, *Amazônia Real*, 1 de junho de 2023, <https://amazoniareal.com.br/speciais/illegal-fishing/>.
- 38 Bram Ebus e Andrés Cardona, Carregadores de maconha na Amazônia recorrem a xamãs em busca de proteção, *InfoAmazônia*, <https://infoamazonia.org/2023/08/15/carregadores-de-maconha-na-amazonia-recorrem-a-xamas-para-protecao/>.
- 39 David Aponte e Andrés R. Vargas (eds), *No estamos condenados a la guerra: Hacia una estrategia de cierre de conflict con el ELN*, Odecofi: Bogotá, 2011, [https://www.cerac.org.co/assets/pdf/LibroCERAC\\_NoEstamosCondenadosALaGuerra\\_Cap2.pdf](https://www.cerac.org.co/assets/pdf/LibroCERAC_NoEstamosCondenadosALaGuerra_Cap2.pdf).
- 40 International Crisis Group, *Disorder on the Border: Keeping the peace between Colombia and Venezuela*, 14 de dezembro de 2020, <https://www.crisisgroup.org/latin-america-caribbean/andes/colombia/84-disorder-border-keeping-peace-between-colombia-and-venezuela>.
- 41 International Crisis Group, *Gold and grief in Venezuela's violent south*, 28 de fevereiro de 2019, <https://www.crisisgroup.org/latin-america-caribbean/andes/venezuela/073-gold-and-grief-venezuelas-violent-south>.
- 42 Bram Ebus, *Troubled waters along the Guyana-Venezuela border*, International Crisis Group, 28 de outubro de 2019, <https://www.crisisgroup.org/latin-america-caribbean/guyana/troubled-waters-along-guyana-venezuela-border>.
- 43 Desde a assinatura dos acordos de paz de 2016, quase 400 ex-combatentes das FARC que se tornaram civis foram atacados e mortos. Consulte María Paula Pineda, *Firmantes de paz exigen al Gobierno que cesen los ataques y asesinatos en su contra*, Caracol Radio, 31 de agosto de 2023, <https://caracol.com.co/2023/08/31/firmantes-de-paz-exigen-al-gobierno-que-cesen-los-ataques-y-asesinatos-en-su-contra/>.

- 44 International Crisis Group, *A broken canopy: Deforestation and conflict in Colombia*, 4 de novembro de 2021, <https://www.crisisgroup.org/latin-america-caribbean/andes/colombia/091-broken-canopy-deforestation-and-conflict-colombia>.
- 45 Os dissidentes das FARC usaram seu modelo de governança ambiental como moeda de troca nas negociações de paz com a administração do Presidente Gustavo Petro, que priorizou a conservação da Amazônia em sua agenda política, vinculando o bem-estar da Amazônia ao sucesso (ou não) das negociações de paz. Para obter mais informações, consulte Christina Noriega, *The secret to Colombia's drop in deforestation? Armed groups*, Al Jazeera, 22 de agosto de 2023, <https://www.aljazeera.com/news/2023/8/22/the-secret-to-colombias-drop-in-deforestation-armed-groups>; Matthew Bristow, Um senhor da guerra da cocaína está salvando a Amazônia com sua campanha de terror, Bloomberg, 22 de agosto de 2023, <https://www.bloomberg.com/features/2023-colombia-amazon-mordisco/>.
- 46 Veja Amazon Underworld, <https://amazonunderworld.org/pt.html>.
- 47 Bram Ebus e Ivan Brehaut, *La violencia de la coca cruza de Putumayo hacia Perú*, La Liga Contra el Silencio, 21 de dezembro de 2022, <https://ligacontraelsilencio.com/2022/12/21/la-violencia-de-la-coca-cruza-de-putumayo-hacia-peru/>; Entrevistas com líderes comunitários equatorianos, cultivadores de coca e especialistas em inteligência, 2022.
- 48 Bruno Paes Manso e Camila Nunes Dias, *A Guerra: A Ascensão do PCC e o Mundo do Crime no Brasil*, Todavia, 2018.
- 49 Ryan C Berg, *Luta pelo Amazonas: Tussle for the Amazon: New frontiers in Brazil's organized crime landscape*, Jack D. Gordon Institute for Public Policy, outubro de 2021, [https://csis-website-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-publication/211025\\_Berg\\_The\\_Tussle\\_for\\_the\\_Amazon.pdf](https://csis-website-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-publication/211025_Berg_The_Tussle_for_the_Amazon.pdf).
- 50 Alejandra Bonilla Mora, *Atención: cae alias Romario poderoso narco invisible del Comando Capital de Brasil*, El Tiempo, 20 de agosto de 2023, <https://www.eltiempo.com/justicia/conflicto-y-narcotrafico/cae-en-colombia-alias-romario-poderoso-narco-del-comando-capital-de-brasil-797830>.
- 51 Emily Costa, Mariana Rios e Rodrigo Chagas, *Drogas, ouro e morte precoce para jovens migrantes venezuelanos no Brasil*, InfoAmazonia, <https://infoamazonia.org/2023/08/22/para-os-jovens-migrantes-venezuelanos-em-roraima-drogas-ouro-e-morte-prematura/>.
- 52 Ibid. Entrevista com um oficial das forças de segurança brasileiras, Manaus, agosto de 2023.
- 53 Rafael Moro Martins, 'Narcogarimpo' desafia o governo no território Yanomami, Sumaúma, 16 de maio de 2023 <https://sumauma.com/narcogarimpo-desafia-o-governo-no-territorio-yanomami/>.
- 54 Emily Costa, Mariana Rios e Rodrigo Chagas, *Drogas, ouro e morte precoce para jovens migrantes venezuelanos no Brasil*, InfoAmazonia, <https://infoamazonia.org/2023/08/22/para-os-jovens-migrantes-venezuelanos-em-roraima-drogas-ouro-e-morte-prematura/>.
- 55 BBC, *Qué es el Primer Comando Capital, el violento grupo criminal vinculado al "robo del siglo" en Paraguay*, 25 de abril de 2017, <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-39705854>.
- 56 Tabatinga, uma cidade amazônica localizada na área trinacional compartilhada por esses dois países e o Brasil, foi uma das posições centrais do CV. O grupo também assumiu o controle da população carcerária em Leticia (Colômbia), um ex-membro contou ao Amazon Underworld. Entrevista com um membro colombiano do Comando Vermelho, abril de 2022.
- 57 Entrevistas com oficiais da polícia brasileira, 2023.
- 58 Pamela Huerta e Iván Brehaut, *Comando Vermelho cria raízes na Amazônia peruana*, InfoAmazonia, <https://infoamazonia.org/2023/08/17/comando-vermelho-cria-raizes-na-amazonia-peruana/>.
- 59 Ryan C Berg, *Tussle for the Amazon: New frontiers in Brazil's organized crime landscape*, Jack D. Gordon Institute for Public Policy, outubro de 2021, [https://csis-website-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/publication/211025\\_Berg\\_The\\_Tussle\\_for\\_the\\_Amazon.pdf](https://csis-website-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/publication/211025_Berg_The_Tussle_for_the_Amazon.pdf).
- 60 Pamela Huerta e Bram Ebus, *Os narcotraficantes mais pobres na cadeia do narcotráfico*, InfoAmazonia, 10 de agosto de 2023, <https://infoamazonia.org/2023/08/10/os-narcotraficantes-mais-pobres-da-cadeia-do-trafico-de-drogas/>.
- 61 Entrevistas com oficiais da polícia, Bolívia, 2023.
- 62 Julie Turkewitz, *How a peaceful country became a gold rush state for drug cartels*, The New York Times, 12 de julho de 2023, <https://www.nytimes.com/en/2023/07/12/espanol/narcotrafico-violencia-ecuador.html>.
- 63 Veja Amazon Underworld: Crime e corrupção na sombra da maior floresta tropical do mundo, mapa interativo, <https://amazonunderworld.org/pt.html>.
- 64 Ignacio Amigo, *When will the Amazon hit a tipping point?*, Nature, 25 de fevereiro de 2020; <https://www.nature.com/articles/d41586-020-00508-4>; Alex Cuadros, *Has the Amazon reached its 'tipping point'?*, The New York Times, 15 de junho de 2023, <https://www.nytimes.com/2023/01/04/magazine/amazon-tipping-point.html>.
- 65 María Molina, *Drivers of deforestation in the Colombian Amazon's cattle ranching*, National Committee of the Netherlands, 2 de novembro de 2022, <https://www.iucn.nl/en/publication/drivers-of-deforestation-in-the-colombian-amazon-cattle-ranching/>; Sergio Margulis, *Causes of deforestation of the Brazilian Amazon*, Banco Mundial, 2004, <https://documents1.worldbank.org/curated/en/758171468768828889/pdf/277150PAPER0wbwp0no1022.pdf>; WWF, *Deforestation front, key facts: Bolivian lowlands*, [https://wwfint.awsassets.panda.org/downloads/deforestation\\_fronts\\_factsheet\\_\\_\\_bolivian\\_lowlands.pdf](https://wwfint.awsassets.panda.org/downloads/deforestation_fronts_factsheet___bolivian_lowlands.pdf).
- 66 UNODC, *World Drug Report 2023, The nexus between drugs and crimes that affect the environment and convergent crime*

- in the Amazon Basin, [https://www.unodc.org/res/WDR-2023/WDR23\\_B3\\_CH4\\_Amazon.pdf](https://www.unodc.org/res/WDR-2023/WDR23_B3_CH4_Amazon.pdf).
- 67 OCDE, *Due diligence in Colombia's gold supply chain*, 2017, <https://mneguidelines.oecd.org/Colombia-gold-supply-chain-overview.pdf>; Repórter Brasil, Agronegócio é "lavanderia" do crime organizado, diz juiz, 8 de janeiro de 2008, <https://reporterbrasil.org.br/2008/01/agronegocio-e-lavanderia-do-crime-organizado-diz-juiz/>; Allan de Abreu e Luiz Fernando Toledo, "Quero meter [dinheiro] é no Agropó", Piauí, 5 de setembro de 2023, <https://piaui.folha.uol.com.br/quero-meter-dinheiro-e-no-agropo/>.
- 68 Veja InfoAmazonia, Mercúrio: Uma pegada na selva, <https://mercurio.infoamazonia.org/pt/>.
- 69 Barbara Hendus, *Opening the black box: Local insights into the formal and informal global mercury trade revealed*, National Committee of The Netherlands, [https://www.iucn.nl/app/uploads/2021/07/lr\\_mercury\\_brochure\\_digitaal\\_gebruik.pdf](https://www.iucn.nl/app/uploads/2021/07/lr_mercury_brochure_digitaal_gebruik.pdf).
- 70 InfoAmazonia, *Parques Nacionales advierte sobre altos niveles de mercurio en indígenas de la Amazonia*, 19 de julho de 2019, <https://infoamazonia.org/es/2019/07/19/parques-nacionales-advierte-sobre-altos-niveles-de-mercurio-en-indigenas-de-la-amazonia/>; Parques Nacionales Naturales de Colombia, *El mercurio en comunidades de la Amazonia Colombiana*, 2018, <https://old.parquesnacionales.gov.co/portal/wp-content/uploads/2019/07/MERCURIO-EN-COMUNIDADES-DE-LA-AMAZONIA-2018-1.pdf>.
- 71 Fundação Oswaldo Cruz, *Estudo analisa a contaminação por mercúrio entre o povo indígena munduruku*, 26 de novembro de 2020, <https://portal.fiocruz.br/noticia/estudo-analisa-contaminacao-por-mercurio-entre-o-povo-indigena-munduruku>.
- 72 Blu Radio, *Minambiente: "Cultivos ilícitos representan un 13% de la deforestación anual en Colombia"*, 8 de setembro de 2023, <https://www.bluradio.com/blu360/pacifico/minambiente-cultivos-ilicitos-representan-un-13-de-la-deforestacion-anual-en-colombia-rg10>.
- 73 Entrevistas com cultivadores de coca ao longo do rio Putumayo, 2022.
- 74 UNODC, *World Drug Report 2023, The nexus between drugs and crimes that affect the environment and convergent crime in the Amazon Basin*, [https://www.unodc.org/res/WDR-2023/WDR23\\_B3\\_CH4\\_Amazon.pdf](https://www.unodc.org/res/WDR-2023/WDR23_B3_CH4_Amazon.pdf).
- 75 Ibid.
- 76 Comando General de las Fuerzas Militares de Colombia, *Hurto de hidrocarburos en el Putumayo generaba graves daños ambientales*, 7 de setembro de 2021, <https://cgfm.mil.co/es/blog/hurto-de-hidrocarburos-en-el-putumayo-generaba-graves-danos-ambientales>; Alicia Liliana Méndez, *Alicia Liliana Méndez, Desarticulada red dedicada à extração ilegal de petróleo no Putumayo*, *El Tiempo*, 26 de novembro de 2018, <https://www.eltiempo.com/justicia/conflicto-y-narcotrafico/desarticulada-red-dedicada-a-la-extraccion-ilegal-de-crudo-en-putumayo-298006>.
- 77 Global Witness, *Standing firm: The Land and Environmental Defenders on the frontlines of the climate crisis*, 15 de setembro de 2023, <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/environmental-activists/standing-firm/#defenders-amazon-connected-determination>.
- 78 Veja Amazônia Legal em Dados: <https://amazonialegalemdados.info/>
- 79 Veja Polícia Nacional da Colômbia, Homicídios, <https://www.policia.gov.co/delitos-de-impacto/homicidios>.
- 80 Indepaz, *Masacres en Colombia durante el 2020, 2021, 2022 y 2023*, <https://indepaz.org.co/informe-de-masacres-en-colombia-durante-el-2020-2021/>.
- 81 OHCHR, *Venezuela: new UN report details responsibilities for crimes against humanity to repress dissent and highlights situation in remotes mining areas*, 20 de setembro de 2022, <https://www.ohchr.org/es/press-releases/2022/09/venezuela-new-un-report-details-responsibilities-crimes-against-humanity>.
- 82 Christian Poirer and Ana Paula Vargas, *Illegal miners terrorize Brazil's Yanomami communities*, Amazon Watch, 19 de maio de 2022, <https://amazonwatch.org/news/2022/0519-illegal-miners-terrorize-brazils-yanomami-communities>.
- 83 Emily Costa, Mariana Rios and Rodrigo Chagas, *Drogas, ouro e morte precoce para jovens migrantes venezuelanos no Brasil*, InfoAmazonia, <https://infoamazonia.org/en/2023/08/22/for-young-venezuelan-migrants-in-brazil-drugs-gold-and-early-death/>.
- 84 Ibid.
- 85 Bram Ebus, *Na Venezuela, guerrilheiros colombianos recrutam jovens indígenas*, InfoAmazonia, <https://infoamazonia.org/2023/08/20/na-venezuela-guerrilleros-colombianos-recrutam-jovens-indigenas/>.
- 86 Entrevista com um líder da comunidade indígena, 2022.
- 87 BBC, *La matanza de 4 menores en Colombia por la que el presidente Petro suspendió el cese al fuego con las disidencias de las FARC*, 22 de maio de 2023, <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-65605987>.
- 88 OHCHR, *Venezuela: Nuevo informe de la ONU detalla las responsabilidades por crímenes de lesa humanidad para reprimir a la disidencia y pone la lupa en la situación en las zonas mineras remotas*, 20 de setembro de 2022, <https://www.ohchr.org/es/press-releases/2022/09/venezuela-new-un-report-details-responsibilities-crimes-against-humanity>.
- 89 Vaiddehi Bansal et al, *An intervention-focused review of modern slave labor in Brazil's mining sector*, World Development, 171 (2023), <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0305750X23001808>; Maurício Angelo, *333 people rescued from slavery in Brazil mines since 2008, exclusive report shows*, Mongabay, 3 de agosto de 2021, <https://news.mongabay.com/2021/08/333-people-rescued-from-slavery-in-brazil-mines-since-2008-exclusive-report-shows/>; Al Jazeera, *Enslaved people rescued from illegal Brazilian*

- gold mine, 10 de novembro de 2020, <https://www.aljazeera.com/economy/2020/11/10/enslaved-people-rescued-from-illegal-brazilian-gold-mine>; Alberto Arenas Cornejo, Between neglect and exploitation: Four case studies of indigenous communities in the Peruvian Amazon, Free the Slaves and Onampitsite Noshankaye Tzinani, April 2023, <https://freetheslaves.net/wp-content/uploads/2023/04/Between-Neglect-and-Exploitation-Executive-Summary.pdf>.
- 90 Governo do Peru, *Devida presenta el reporte de Monitoreo de Cultivos de Coca al 2022*, 26 de junho de 2023, <https://www.gob.pe/institucion/devida/noticias/788249-devida-presenta-el-reporte-de-monitoreo-de-cultivos-de-coca-al-2022>.
- 91 Yvette Sierra Praeli, *Imágenes satelitales confirman presencia de pistas de aterrizaje clandestinas en la Reserva Indígena Kakataibo Norte y Sur*, Mongabay, 3 de maio de 2023, <https://es.mongabay.com/2023/05/pistas-de-aterrizaje-clandestinas-en-reserva-indigena-kakataibo-norte-y-sur-peru/>.
- 92 Bram Ebus e Rodrigo Pedroso, *Dragas: ouro estimula crime e corrupção na fronteira Brasil-Colômbia*, InfoAmazonia, 3 de agosto de 2023, <https://infoamazonia.org/2023/08/03/dragas-ouro-estimula-crime-e-corrupcao-na-fronteira-brasil-colombia/>.
- 93 Wayka.pe, *Pueblo wampís desaloja a mineros ilegales en Amazonas*, 17 de julho de 2017, <https://wayka.pe/pueblo-wampis-desaloja-a-mineros-ilegales-en-amazonas/>.
- 94 Roxanne Hoorn, *Indigenous land rights key to curbing deforestation and restoring lands: Study*, Mongabay, 1 de junho de 2023, <https://news.mongabay.com/2023/06/indigenous-land-rights-key-to-curbing-deforestation-and-restoring-lands-study/>.
- 95 Em 2020, a APIB entrou com uma ação no Supremo Tribunal Federal exigindo que o Governo Federal protegesse os povos indígenas da pandemia de COVID-19. A ação, identificada como ADPF 709, argumentou que a única maneira de proteger as comunidades indígenas era proteger suas terras e garantir o fim da invasão ilegal. Foi nessa ação judicial que, entre 2020 e 2022, o Supremo Tribunal Federal ordenou operações federais para garantir a remoção de garimpeiros ilegais das terras indígenas Yanomami e Munduruku. Mesmo após o fim da pandemia, o gabinete criado por meio dessa ação judicial continua operando e supervisionando operações federais contra o garimpo ilegal em terras indígenas. Veja Flávia Maia, *Ação no STF cobra da União atuação imediata contra garimpo ilegal em terra Yanomami*, Jota, 5 de maio de 2022, <https://www.jota.info/stf/do-supremo/povos-indigenas-pedem-que-stf-determine-a-uniao-acao-imediata-contra-garimpo-ilegal-05052022>.
- 96 Veja ProPurús, *Observatorio de deforestación y delitos ambientales en la Amazonia*, <https://www.propurus.org/odda>.
- 97 Yvette Sierra Praeli, *Forest crimes persist in Peru following indigenous leader's murder*, Mongabay, 3 de agosto de 2020, <https://news.mongabay.com/2020/08/forest-crimes-persist-in-peru-following-indigenous-leaders-murder/>.
- 98 Instituto del Bien Común, *Nueva publicación del IBC analiza situación del territorio kakataibo de la Selva Central*, 19 de dezembro de 2022, <https://ibcperu.org/en/nueva-publicacion-del-ibc-analiza-situacion-del-territorio-kakataibo-de-la-selva-central/>; Infobae, *Ucayali: Pueblo Kakataibo llega a Lima y exige justicia tras asesinatos de Líderes Indígenas*, 13 de outubro de 2021, <https://www.infobae.com/america/peru/2021/10/13/ucayali-pueblo-kakataibo-llega-a-lima-y-exige-justicia-tras-asesinatos-de-lideres-indigenas/>; Enrique Vera, *Perú: indígenas kakataibo viven acorralados por invasores de tierras y narcotraficantes*, Mongabay, 3 de dezembro de 2020; Yvette Sierra Praeli, *Amenazas a la comunidad kakataibo de Puerto Nuevo: "El narcotráfico cada día está avanzando más"*, 6 de outubro de 2022; Mongabay Latam, *Perú: nuevas pistas clandestinas y un conflicto territorial rodean a la comunidad Kakataibo de Santa Martha*, El Comercio, 25 de agosto de 2021, <https://elcomercio.pe/tecnologia/ecologia/peru-nuevas-pistas-clandestinas-y-un-conflicto-territorial-rodean-a-la-la-comunidad-kakataibo-de-santa-martha-noticia/>.
- 99 Por exemplo, a mineração ilegal no município de Japurá, no submundo amazônico, gera mais receita do que o orçamento de 2023 do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).
- 100 O Solimões, o Rio Negro e seus afluentes são mal monitorados. Envolvendo as populações locais no comércio é lucrativo e a corrupção é generalizada na região amazônica. Veja: <https://www.nytimes.com/2023/08/17/world/americas/ecuador-drug-trafficking-election.html>; <https://www.reuters.com/article/us-brazil-violence-cocaine-specialreport-idUSKBN20Z1DP>.
- 101 Veja, por exemplo, Eduardo Gonçalves, *PF aponta que militar recebeu R\$ 930 mil para vazar dados de operações a garimpeiros da Amazônia*, O Globo, 29 de junho de 2023, <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2023/06/pf-aponta-que-militar-recebeu-r-930-mil-para-vazar-dados-de-operacoes-a-garimpeiros-da-amazonia.ghtml>; Vinicius Sassine, *Secretário de Segurança do AM é preso em operação sobre extorsão a criminosos*, Folha de S. Paulo, 29 de agosto de 2023, <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/08/secretario-de-seguranca-do-am-e-preso-em-operacao-sobre-extorsao-a-criminosos.shtml>.
- 102 Sue Branford e Thais Borges, *Brazil guts agencies, 'sabotaging environmental protection' in Amazon: Report*, Mongabay, 1 de fevereiro de 2021, <https://news.mongabay.com/2021/02/brazil-guts-agencies-sabotaging-environmental-protection-in-amazon-report/>; Camilo Rocha, Marcia Reverdosa e Rodrigo Pedroso, *Deforestation is accelerating in Brazil as Bolsonaro's first term ends, experts say*, CNN, 20 de setembro de 2022,

- <https://edition.cnn.com/2022/09/20/americas/brazil-bolsonaro-deforestation-term-intl-latam/index.html>.
- 103 David Tarazona, *Violencia en la Amazonía de Colombia: guardaparques desplazados y 14 áreas protegidas disputadas por grupos armados ilegales*, Mongabay, 7 de outubro de 2023, <https://es.mongabay.com/2023/10/violencia-en-amazonia-de-colombia-guardaparques-desplazados-areas-protegidas-disputadas-por-grupos-armados-ilegales/>.
- 104 Entrevistas com representantes do Instituto Nacional de Parques, 2023; Lucía Franco, *La violencia impide a Colombia proteger diez parques nacionales de la Amazonia*, El País, 12 de dezembro de 2023. Amazonia, El País, 12 de maio de 2022, <https://elpais.com/america-colombia/2022-05-12/la-violencia-impide-a-colombia-proteger-diez-parques-nacionales-de-la-amazonia.html>.
- 105 Um estudo realizado por pesquisadores da New York University e Johns Hopkins University descobriu que comunidades equipadas com smartphones e aplicativos para detectar mudanças precoces na cobertura vegetal podem proteger os dez parques nacionais da Amazônia. Mudanças precoces na cobertura vegetal podem reduzir o desmatamento em até 52 por cento em um ano, em comparação com comunidades sem essas ferramentas.
- Global Forest Watch, *Supplied with tech, indigenous forest monitors curb deforestation*, 12 de julho de 2021, <https://www.globalforestwatch.org/blog/people/indigenous-forest-monitors-reduce-deforestation/>.
- 106 Bram Ebus, *La lucha contra el crimen organizado es clave para proteger la Amazonia*, 10 de agosto de 2023, <https://elpais.com/opinion/2023-08-10/la-lucha-contra-el-crimen-organizado-es-clave-para-proteger-la-amazonia.html>.
- 107 Veja *Regional Agreement on Access to Information, Public Participation and Justice in Environmental Matters in Latin America and the Caribbean*, <https://www.cepal.org/en/escazuagreement>.
- 108 María Isabel Ortiz Fonnegra, *Primicia: Gobierno estrena procesos de extinción de dominio exprés por deforestación*, El Tiempo, 3 de novembro de 2023, <https://www.eltiempo.com/justicia/investigacion/gobierno-comienza-procesos-de-extincion-de-dominio-por-deforestacion-en-selva-amazonica-822514>.





## SOBRE A GLOBAL INITIATIVE

A Global Initiative Against Transnational Organized Crime é uma rede global de mais de 600 especialistas em todo o mundo. A Global Initiative oferece uma plataforma para promover um maior debate e abordagens inovadoras como pilares na construção de uma estratégia global inclusiva contra o crime organizado.

[www.globalinitiative.net](http://www.globalinitiative.net)

## INFOAMAZONIA

A InfoAmazonia é um meio de comunicação independente fundado em 2012 que usa mapas, dados e reportagens geolocalizadas para contar histórias sobre a região amazônica ameaçada de extinção. Somos uma organização sem fins lucrativos sediada no Brasil, com uma visão sem fronteiras da maior floresta tropical, envolvendo a mídia local e internacional em produtos colaborativos e inovadores.

[www.infoamazonia.org](http://www.infoamazonia.org)

## AMAZON WATCH

A Amazon Watch é uma organização sem fins lucrativos fundada em 1996 para proteger a floresta tropical e promover os direitos dos povos indígenas na bacia amazônica. Fazemos parcerias com organizações indígenas e ambientais em campanhas pelos direitos humanos, responsabilidade corporativa e preservação dos sistemas ecológicos da Amazônia.

[www.amazonwatch.org](http://www.amazonwatch.org)

## AMAZON UNDERWORLD

Amazon Underworld é uma aliança de mídia fundada em 2022 para investigar a presença de redes criminosas e economias ilegais na Amazônia e o impacto que elas têm sobre o meio ambiente e as comunidades locais. Em 2022/23, InfoAmazonia, La Liga Contra el Silencio e Armando.Info uniram forças com a Amazon Underworld, para investigar essas questões na Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela.

[www.amazonunderworld.org](http://www.amazonunderworld.org)

Com o apoio de

**OPEN SOCIETY  
FOUNDATIONS**

 **UK Government**

 **IUCN** National Committee  
of The Netherlands